

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ALGUMAS VERIFICAÇÕES SOBRE O MODELO NARRATIVO DE WILLIAM
LABOV E JOSHUA WALETZKY

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA PARA A OB-
TENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM LETRAS,
ÁREA DE LINGÜÍSTICA TEÓRICA.

DOMINGOS BERNARDES MOREY FILHO

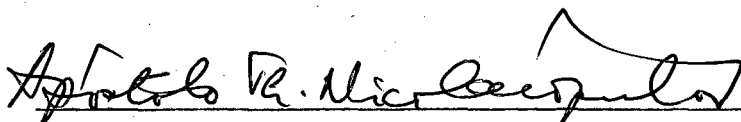
FLORIANÓPOLIS

1986

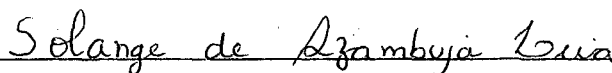
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de

MESTRE EM LETRAS

Área de Linguística Teórica e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Letras.

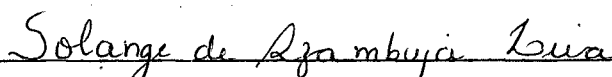


Prof. Dr. Apóstolo T. Nicolacópulos
Coordenador do Curso de Pós-Graduação
em Letras - Linguística



Profa. Dra. Solange de Azambuja Lira
Orientadora

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Solange de Azambuja Lira

Profa. Dra. Leonor Scliar-Cabral



Profa. Carmen Rosa Caldas

A

Maria Sylvia

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, no período de março/82 a setembro/84, nos concedeu bolsa de estudos, possibilitando a realização do presente trabalho; à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) que, no período de julho a setembro/84, nos concedeu bolsa de estudos e, inclusive, custeou a datilografia do presente trabalho.

À Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado - FIDENE - Universidade de Ijuí que, no segundo semestre de 1984, concedeu tempo para as pesquisas referentes ao presente trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras-Linguística da UFSC, em especial à minha paciente e dedicada orientadora, Profª Solange de Azambuja Lira.

Aos amigos Benedito Nunes e Haquira Osakabe, pelo apoio moral e estímulo intelectual.

Ao Reinaldo e em especial a minha irmã, Margarida, que deram início a tudo.

Aos amigos de Florianópolis e Ijuí.

SUMÁRIO

CONVENÇÕES	viii
RESUMO	x
1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 - <u>Motivação para a escolha do assunto</u>	1
1.2 - <u>Hipótese</u>	2
1.3 - <u>Objeto</u>	8
1.4 - <u>Metodologia</u>	9
1.5 - <u>Organização</u>	9
2 - ASPECTOS PRINCIPAIS DO MODELO DE LABOV E WA- LETZKY ILUSTRADOS A PARTIR DE EXEMPLOS DE FA- LANTES DO PORTUGUÊS	13
2.1 - <u>Definição de narrativa</u>	13
2.2 - <u>Elementos estruturais da narrativa</u>	18
2.2.1 - Sinopse	19
2.2.2 - Orientação	21
2.2.3 - Ação Complicadora	23
2.2.4 - Avaliação	27
2.2.5 - Resolução	38
2.2.6 - Coda	39
2.3 - <u>A questão da função referencial</u>	40

3 - A TEMPORALIDADE LINGÜÍSTICA E A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA TEMPORAL	51
3.1 - <u>Tempo e "tempo"</u>	52
3.1.1 - O "tempo" como categoria particular	56
3.2 - <u>A enunciação e a natureza dêitica dos pronomes pessoais e do "tempo"</u>	61
3.3 - <u>Algumas conseqüências da aplicação do sistema temporal de Benveniste às narrativas de experiência pessoal</u>	71
3.4 - <u>O sistema temporal de Harald Weinrich e as divergências com relação ao sistema de Benveniste</u>	81
3.4.1 - Algumas conseqüências da aplicação do sistema temporal de Weinrich	89
4 - CONCLUSÕES	101
4.1 - <u>A questão das orações adverbiais</u>	101
4.1.1 - Orações adverbiais e função referencial	104
4.2 - <u>Temporalidade lingüística e função referencial</u>	105
4.2.1 - A natureza dêitica do "tempo" e a função referencial	106
4.3 - <u>A narrativa autobiográfica como modalidade discursiva</u>	107
4.4 - <u>A função avaliativa como marca da oposição "experiência pessoal"/"experiência vi- cária"</u>	109

4.5 - <u>Aspectos gerais</u>	112
BIBLIOGRAFIA	115

CONVENÇÕES

1. Notações que aparecem antes dos trechos de narrativa transcritos. Por exemplo, 1-B(129), significa: o primeiro número, 1, refere-se à identificação das fitas e vem sempre seguido de A ou B, que indica o lado da fita em que se encontra a gravação. O número que aparece entre parênteses (129), refere-se à localização, na fita, do trecho reproduzido, correspondente ao contador de um gravador "National", modelo RQ-2222MA, zêrado com a fita completamente enrolada.

2. As letras do alfabeto que aparecem antes das orações transcritas, como, por exemplo,

f - Aí uma senhora veio no fuca

g - Aí mandou eu passar

servem apenas para identificação das orações narrativas de qualquer tipo. Esse critério de identificação segue o utilizado por Labov e Waletzky (1967) na apresentação de seu modelo.

3. Números colocados antes e depois das letras,

quando os houver, como, por exemplo,

0 a 40 - Trabalhando de madrugada,

1 b 0 - peguei uma corrida daqui da
dor, né.

ou,

0 h 0 - Chegou lá,

0 i 0 - eles sentaram,

0 j 0 - tomaram a sopa,

significam a posição da oração relativamente ao seu *conjunto de deslocamento* ("displacement set") (cf. Labov & Waletzky, 1967:21-22), no interior da narrativa. Nos exemplos apresentados, temos que a oração *a* pode ser posicionada, aleatoriamente, em qualquer lugar ocupado pelas 40 orações que a sucedem (à direita), mas não pode ser removida para qualquer posição ocupada pelas que a precedem (à esquerda). A oração *b* só pode ser removida para a posição ocupada pela imediatamente precedente, mas não se desloca para a direita. As orações *h*, *i* e *j*, são fixas, não podendo sofrer qualquer remoção para a esquerda ou para a direita.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo expor, numa perspectiva crítica, o modelo narrativo concebido por William Labov e Joshua Waletzky, ilustrado com exemplos de narrativas de falantes de portugueses.

A caracterização da narrativa como um gênero portador de elementos discursivos é a tese que justifica a proposta de se examiná-la numa perspectiva funcional, que leve em conta o papel do interlocutor e que utilize instrumentos de análise lingüística mais abrangentes. Nesse sentido, noções formuladas por William E. Bull, Émile Benveniste e Harald Weinrich são cotejadas com elementos estruturais e funcionais da narrativa, na concepção que W. Labov e J. Waletzky lhes atribuí.

A crítica ao modelo de Labov e Waletzky é sustentada principalmente na questão da *função referencial* e nas conseqüências da vinculação dessa função à propriedade que os autores atribuem à narrativa de recapitular a experiência passada. A tese é de que a *função referencial*, associando tempo lingüístico a tempo cronológico, impossibilita metodologicamente a construção de um modelo narrativo, pois falha na base do sistema temporal.

Em termos estruturais, propõe-se uma análise mais fina para a questão das orações adverbiais, como consequência da reformulação dos parâmetros da *função referencial*. Propõe-se, ainda, uma revisão para o conceito de *experiência vicária*, baseada na constatação da presença da seção funcional-estrutural denominada pelos autores como *avaliação*, em narrativa do mesmo gênero, e por discordância com os autores quanto aos exemplos por eles escolhidos para caracterizar o tipo de narrativa definido como de *experiência vicária*.

ABSTRACT

This dissertation discusses in a critical way the narrative model conceived by William Labov and Joshua Waletzky, illustrated with examples of narratives of speakers of Portuguese.

We have characterized the narrative as a genre with discursive elements and therefore examined it in a functional perspective taking into account the speaker and using a broader range of linguistic elements. We have argued that the Labov and Waletzky model fails when it tries to link the referential function to the property which they attribute to the narrative of recapitulating past experiences. Our thesis is that this conception of referential function which associates linguistic time with chronological time is methodologically impossible when one attempts to build a narrative model because of this mixture of time systems.

We have also suggested a finer analysis of adverbial clauses and a revision of the concept of vicarious experience which would include evaluative devices and other types of illustrations.

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Motivação para a escolha do assunto

A escolha do assunto que é objeto da presente dissertação foi motivada pelos trabalhos desenvolvidos para aplicação de metodologia sociolingüística, integrantes das atividades levadas a efeito em curso de Sociolingüística, ministrado pela professora Solange de Azambuja Lira, na UFSC, em 1983. Mais especificamente, estamos fazendo menção à parte que nessas tarefas procurava aplicar metodologia sociolingüística para estudo de variação lingüística, desenvolvida pelo lingüista norte-americano William Labov e seus colaboradores¹.

Nosso projeto inicial, objetivando o estudo de aspectos de variação lingüística, foi logo inviabilizado por questões técnicas, materiais e de tempo, já que necessitávamos de um conjunto apreciável de narrativas, guardando rigoroso controle de variáveis extra-lingüísticas, tais como origem, faixa etária, nível sócio-econômico, sexo, etc.

Embora relevantes, os obstáculos que impediram a construção de um estudo quantitativo-descritivo não se

constituíram em frustração, já que a narrativa propriamente, enquanto modalidade discursiva, chamou-nos a atenção. Conseqüentemente, abandonamos o tratamento sociolinguístico "stricto sensu", justamente porque nos deparamos com uma possibilidade de trabalho que extrapolava a mera aplicação e reprodução de um método indutivo, em favor da tentativa de interpretar o porquê de certos fatos no interior da própria narrativa².

Aproveitamos então os próprios trabalhos de William Labov (Labov & Waletzky, 1967 e Labov, 1972)³ sobre narrativas orais de experiências pessoais, como fonte inspiradora das reflexões e análises que apresentaremos nos capítulos seguintes.

1.2 - Hipótese

Pretendemos verificar a aplicabilidade ou não das noções formuladas por William Labov e Joshua Waletzky em 1967 e retomadas por Labov em 1972, na construção de um modelo narrativo funcional, a partir do exame de narrativas de falantes do português e à luz do contraste com noções desenvolvidas por outros autores.

Aspectos formais serão igualmente examinados na análise da estrutura interna das narrativas, a fim de testar as hipóteses correspondentes, levantadas pelos autores. Mas é o caráter que assume a funcionalidade narrativa

que se coloca em questão neste trabalho, já que os próprios autores definem de antemão o estatuto funcional da narrativa:

The analysis will be functional: narrative will be considered as one verbal technique for recapitulating experience, in particular, *a technique of constructing narrative units which match the temporal sequence of that experience*. Furthermore, we will find that narrative which serves this function alone is abnormal: it may be considered empty or pointless narrative. Normally, narrative serves an additional function of personal interest determined by a stimulus in the social context in which the narrative occurs. We therefore distinguish two functions of narrative: (1) referential and (2) evaluative. (Labov & Waletzky, 1967:13) (grifo nosso)

Um elevado nível de despojamento estilístico da narrativa, segundo os autores, seria encontrado nas narrativas orais de experiências pessoais, produtos de uma primeira versão narrada por falantes não sofisticados. A escolha desses falantes, a partir de uma amostra significativa da população, pressupõe a delimitação de uma comunidade lingüística e posterior seleção de informantes. Essa possibilidade de relacionar a língua, mesmo que seja através de um modo de organização típico de um determinado gênero - o narrativo, no caso - com aqueles que fazem uso dela - seus usuários -, guardando o controle dos fatores que determinam essa relação, evidencia a orientação socio-lingüística do trabalho.

Parece-nos claro, portanto, que foi uma investigação orientada que originou o modelo narrativo exposto

pelos autores, não sendo, contudo, um tal modelo único e universal. Parece-nos claro também que a narrativa oral de experiências pessoais é uma boa alternativa para coleta de material lingüístico para análise, mas que a formulação de um modelo narrativo pode ser tão condicionada por fatores extra-lingüísticos quanto qualquer outro fato lingüística-mente analisável.

Nosso parecer é que, se a lingüística textual não buscou no universo do discurso uma estrutura fixa análoga à das unidades menores, organizada por seções estáveis e de extensão superior à frase e ao período, mas, ao invés, reivindica instrumentos de análise fundados em princípios próprios, entendemos como mais razoável, por enquanto, não fixar categoricamente as fronteiras do gênero narrativo⁴. Da mesma forma, quando nos referimos a fatores extra-lingüísticos, temos evidências de que todas as variáveis condicionadoras ou que se podem associar aos fenômenos de variação encontrados na modalidade discursiva, são igualmente aplicáveis à modalidade narrativa.

Enfim, variação é um fenômeno da língua, da qual o discurso e a narrativa são formas marcadas por características próprias. Por exemplo, durante a fase de audição e transcrição das fitas, constatamos que as duas funções narrativas definidas por Labov e Waletzky em 1967, nomeadamente as funções *referencial* e *avaliativa*, distribuíam-se de forma desigual, conforme estivéssemos lidando com informantes de nível sócio-econômico baixo ou informantes de

nível sócio-econômico médio⁵. Além desse desequilíbrio na distribuição entre as funções da narrativa, marcado pela variável de nível sócio-econômico, observamos que os informantes de nível baixo "narrativizavam" eventos de forma a confirmar o modelo muito mais do que os informantes do outro nível. Com os informantes de nível médio, encontramos um tipo de narrativa em que a seqüência temporal ia e vinha ao sabor de demoradas interferências de caráter avaliativo, construções inteiramente dedicadas aos tipos psicológicos dos personagens e reflexões de cunho existencial. Nas narrativas obtidas com informantes de nível baixo, o fluxo verbal apresentava-se quase ininterrupto pelo lado do narrador, restando ao entrevistador quase que exclusivamente o papel de provocar o desencadeamento da atividade narrativa no entrevistado. Entretanto, a situação encontrada nas narrativas obtidas com os informantes de nível médio é bem distinta. Nesses casos, a interação verbal entre entrevistado e entrevistador é notável — uma interação de caráter discursivo. Ocorre, na verdade, uma interação de classe, passando o ouvinte, nesses casos, a se constituir num verdadeiro interlocutor⁶.

O falante de classe baixa "desabafa" suas histórias, em geral, para qualquer um, porque não tem compromisso social com o entrevistador. O entrevistador, nessa situação de entrevista, não tem face, pertence a outro mundo. O falante de classe média, por sua vez, não fala a qualquer um, raramente submetendo-se a uma situação em que

não esteja identificado com o entrevistador. Identificado o entrevistador, ele é alçado à condição de interlocutor, e as narrativas obtidas dessa forma não reproduzem fielmente o modelo de Labov e Waletzky. Nessas condições, colocamo-nos a hipótese de o modelo narrativo desenvolvido pelos autores não dar conta suficientemente de fatores que acreditamos serem tributáveis à força condicionadora da presença do interlocutor.

Conclui-se, portanto, ser indispensável levar em conta o tipo de relação estabelecida entre falante e ouvinte, uma vez que essa relação pode condicionar diferentes procedimentos discursivos e/ou narrativos. Em razão disso, a narrativa não nos parece, de forma alguma, algo que se possa tratar isoladamente da relação discursiva da qual ela resulta ou mesmo estabelece.

Foi somente a partir da revisão das idéias de alguns autores, não necessariamente ligados às experiências com narrativas orais, que encontramos o fenômeno narrativo abordado numa perspectiva mais ampla. Tal perspectiva inclui o levarmos em conta as condições de produção da atividade discursiva e não somente o produto que dela resulta. Somente assim pode-se propor uma descrição satisfatória para o fato particular da língua, que é particular mas se insere no fenômeno maior da comunicação.

Seguindo por esse caminho, chegamos às idéias de William Bull (1968), Émile Benveniste (1966 e 1978) e ao

sistema temporal concebido por Harald Weinrich (1964 e 1973). Justifica-se o suporte teórico que buscamos nesses autores pelo fato de terem eles concebido sistemas temporais que diferem em detalhes, mas que têm em comum um princípio fundamental: a não-coincidência entre o "tempo lingüístico" e o "tempo cronológico", remetendo a categoria "tempo lingüístico" para a família dos dêiticos da língua. Para nós, esse princípio é indispensável porque atinge as bases sobre as quais está sustentado o modelo narrativo de Labov e Waletzky: a *função referencial*, definida a partir da propriedade que a narrativa teria de recapitular a seqüência temporal original dos eventos.

De acordo com nossa hipótese, uma vez alterado o estatuto da função referencial, altera-se também o quadro geral da narrativa, que passa a admitir a presença de elementos discursivos em seu interior, já que a formulação da natureza da função referencial, baseada apenas em dados empíricos consistindo de um "corpus" significativo de narrativas gravadas e transcritas, não reconhece a força do interlocutor como fator interpretativo de muitos de seus mecanismos. A consequência da aplicação dessa metodologia para a formulação de um modelo narrativo, é a exposição de apenas um dos lados da questão. Isso explica o caráter unilateral do modelo, uma vez que as condições de produção da atividade discursivo-narrativa não são levadas em conta.

1.3 - Objeto

Se fôssemos delimitar o objeto *narrativa*, teríamos que percorrer um longo caminho e recorrer a inúmeros autores, em particular a Labov e Waletzky. Faz parte de qualquer estudo sobre a narrativa a própria delimitação de suas fronteiras, resultante da caracterização de suas propriedades definidoras específicas. Como essa matéria integra nossas preocupações e se encontra desenvolvida no interior dos capítulos seguintes, consideramos repetitivo apresentá-la aqui. Ademais, o próprio objeto que examinamos é parte de uma metodologia, como já se referiu anteriormente, e a aplicação dessa metodologia é que gerou o objeto que passaremos a examinar.

Não obstante, a fim de respondermos a um quesito de ordem metodológica, fixaremos na *narrativa oral de experiências pessoais* nosso objeto, o qual se delimita pela sua extensão: a porção de discurso que inicia na resposta à pergunta "Você já sentiu perigo de vida, a morte iminente?", caracterizada por um relato de eventos, situações e reflexões sobre determinado acontecimento, e que termina quando não há mais nada a contar sobre tal acontecimento, pelo narrador.

1.4 - Metodologia

Em vista da natureza do objeto, e levando-se em conta o já exposto em 1.1, prevalecerá o método dedutivo. Assumiremos as afirmações de William Labov e Joshua Waletzky (1967), no que diz respeito às características estruturais internas da narrativa e suas funções, como detentoras de validade universal. Os casos por nós examinados, por serem de falantes do português, e também por configurarem peculiaridades que lhes são próprias, independentemente da língua natural em que se encontram manifestados, proporcionarão novas asserções, compatíveis ou não com as afirmações anteriores. As novas asserções serão então examinadas à luz de princípios formulados por diferentes autores, podendo-se, neste caso, falar em método comparativo.

Na verdade, em certos casos, ambos os métodos - dedutivo e comparativo - andarão juntos, já que algumas vezes o próprio desenvolvimento do raciocínio antecipará a comparação com afirmações tiradas de diferentes autores. Especialmente na Seção 3, será difícil uma nítida separação dos métodos, por razões de uma coesão necessária, não apenas de raciocínio, mas textual.

1.5 - Organização

A presente dissertação segue a estrutura típica das monografias: introdução, desenvolvimento e conclusões.

Julgamos conveniente, para efeito de destaque de alguns tópicos, considerarmos a introdução, as partes do desenvolvimento e as conclusões como quatro seções numeradas sequencialmente.

Na primeira parte do desenvolvimento, apresentaremos uma exposição detalhada do modelo narrativo de Labov e Waletzky, ilustrado com exemplos de narrativas de falantes de português. Constam dessa parte também os comentários e análises críticas que acompanham o desenvolvimento do modelo, bem como o exame mais aprofundado da questão da *função referencial*.

A segunda parte do desenvolvimento propõe a separação entre as categorias de Tempo (cronológico) e "tempo" (lingüístico), sustentando-se nos subsídios teóricos extraídos de diversos autores. A seguir, examinamos mais detalhadamente as idéias relativas ao gênero discursivo conhecido como narrativa e suas implicações para a formulação de um sistema temporal lingüístico. Nessa etapa, retomamos a questão da *função referencial*, juntamente com outras questões levantadas na primeira parte do desenvolvimento, para reexaminá-las sob o poder explanatório das idéias dos autores já mencionados, entre outros.

NOTAS DA INTRODUÇÃO

¹ Optamos pela obtenção de narrativas orais de experiências pessoais, na situação "face-a-face". A situação ou contexto face-a-face é aquele em que o narrador está falando somente para o entrevistador (Labov & Waletzky, 1967:13). A situação face-a-face opõe-se à situação em que o narrador encontra-se interagindo em seu grupo natural. Contudo, em algumas de nossas entrevistas, havia a presença de algumas pessoas do grupo do narrador, situação que não evitamos por considerá-la favorável à descontração e consequente diminuição do auto-controle lingüístico do entrevistado.

² Obtivemos cerca de 50 narrativas, tendo sido aproveitadas apenas cerca de 25. Inicialmente, efetuamos 12 entrevistas com falantes de nível sócio-econômico baixo, nascidos ou residentes em Florianópolis, caracterizando uma comunidade lingüística entre a rua Major Costa e avenida Mauro Ramos, nas direções Norte e Leste, respectivamente, e até o fim daquela rua e os altos do Morro da Caixa D'Água, nas direções Sul e Oeste, respectivamente. As demais entrevistas foram realizadas por alunos nossos, orientandos em monografias de Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Letras da FIDENE-UNIJUI. Essas entrevistas foram realizadas com falantes de nível baixo, da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Por motivos técnicos, muitas dessas gravações não puderam ser utilizadas.

³ LABOV, W. & WALETZKY, J. "Narrative analysis: oral versions of personal experience" in June Helm MacNeish (ed.) *Essays on the verbal and visual arts*, American Anthropological Society, 1967.

LABOV, W. "The transformation of experience in narrative syntax" in LABOV, W. *Language in the inner city: studies in the black English vernacular*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

⁴ 'La notion de texte serait, à en croire certains, impossible à définir. (...) Seule est possible ici une première delimitation, soit: un texte est une succession signifiante de signes linguistiques entre deux ruptures manifestes de communication. Seront considérés comme "manifestes" les pauses assez longues de la communication orale, à l'exclusion des pauses de respiration ou de celles qui traduisent la recherche des mots. Dans la communication écrite, ce seront, par exemple, les deux volets de la couverture d'un livre.' (Weinrich, 1973:13).

A respeito da necessidade de instrumentos próprios de análise, é clara a posição de Halliday quanto à distinção

entre a noção de *texto* e as unidades gramaticais formalmente definidas. De acordo com o autor, um texto define-se semanticamente, como unidade de significado e não de forma. Conseqüentemente, não se define pela sua extensão nem pela sua relação com unidades linearmente menores, como o período. (HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. *Cohesion in English*, (1973: 1). A definição dos autores é puramente funcional.

⁵ As fitas com entrevistas de falantes de nível médio foram-nos cedidas pela professora Solange de Azambuja Lira, e referem-se a falantes da cidade do Rio de Janeiro. Não tratamos desse fato em detalhe, nem reproduzimos fragmentos dessas entrevistas a título de exemplo, no presente trabalho, porque não são provas de nossos argumentos, mas apenas confirmam a hipótese de variação resultante das duas situações de entrevistas mencionadas anteriormente — o contexto face-a-face e o contexto de interação social.

O que temos a demonstrar, relativamente à atividade discursiva, não depende da reprodução e análise desse tipo de entrevistas.

⁶ De fato, se o entrevistador é um estudante universitário, graduado ou não, estará sempre em situação "marcada" com o entrevistado de nível sócio-econômico baixo e em situação menos marcada ou "não-marcada" com o entrevistado de nível sócio-econômico médio.

2 - ASPECTOS PRINCIPAIS DO MODELO DE LABOV E WALETZKY ILUSTRADOS A PARTIR DE EXEMPLOS DE FALANTES DO PORTUGUÊS

2.1 - Definição de narrativa

A primeira definição de narrativa que encontramos em William Labov e Joshua Waletzky (1967) está vinculada à capacidade de recapitular a experiência passada, desde que essa recapitulação seja feita pela conjugação entre a seqüência verbal de orações e a seqüência dos fatos efetivamente ocorridos. Os fatos, vistos sob essa perspectiva, teriam obedecido a uma seqüência temporal - cronológica - de maneira que um fato, ao ocorrer, teria tido outro fato que o precedera, originando também outro fato, numa seqüência inexoravelmente determinada por "antes" e "depois". A seqüência dos fatos, que recebe o nome de *seqüência temporal*, aparece representada por um certo tipo de orações independentes, entretanto vinculadas semanticamente pelo fato de reproduzirem fielmente a seqüência temporal original dos eventos, de tal forma que uma alteração na disposição sintática de tais orações resultaria numa quebra da seqüência original dos acontecimentos, com conseqüências de natureza semântica. Nessa hipótese, a de haver uma alteração na disposição das orações narrativas, o

sentido ficaria comprometido. Por exemplo, na seqüência

- 1-B(129) f Aí uma senhora veio no fuca
 g Aí mandou eu parar
 h Aí eu parei. Parei. Atravessar a rua, parei.
 i Ela garrô, mandou eu passar.
 j Quando eu passei
 l Ela botou o carro em cima.

as orações *f*, *g*, *h* e *i* são orações narrativas porque qualquer alteração na seqüência em que foram dispostas na narrativa comprometeria a lógica da seqüência original dos acontecimentos. Por outro lado, as orações *j* e *l* não são narrativas porque estão sintaticamente comprometidas por uma relação de dependência, a subordinação. Se invertêssemos a ordem dessas orações, como em

- l Ela botou o carro em cima.
 j Quando eu passei

não haveria qualquer prejuízo de sentido.

A definição de narrativa, então, é formulada da seguinte forma pelos autores:

Any sequence of clauses which contains at least one temporal juncture is a narrative.
 (p.28)

Portanto, a seqüência *f - g - h - i* é uma narrativa.

Muitos outros aspectos são discutidos no trabalho mencionado, mas o objetivo perseguido é chegar à caracte-

rização da *unidade básica* da narrativa, representada pela oração narrativa, a qual, articulada em seqüência temporal com outras orações, constituiria a narrativa. Como decorrência dessa capacidade de recuperar linguisticamente a seqüência temporal original dos eventos, no sentido de reorganizar cronologicamente os acontecimentos, os autores atribuem à narrativa uma *função referencial*.

Justamente a esse respeito, os autores indicam como as "marcas" da narrativa o tempo verbal marcado (finito) ou, no caso de as orações serem coordenadas, as conjunções coordenativas típicas:

The finite verb of a narrative clause, which carries the tense marker of the clause, is the *narrative head* of that clause. Heads of coordinate clauses are coordinate heads.
(p.28)

Assim, no exemplo

- 4-A(030) a Aí eu rumei pra lá
 b Chegou lá
 c Eles sentaram
 d Tomaram a sopa
 e Aí disseram: "'mbora, num dá pra você ir em Icoaraci agora?"

as formas verbais marcadas do perfeito do indicativo *rumei, chegou, sentaram, tomaram* e *disseram* são marcadores ou índices das orações narrativas apresentadas. Já as seqüências

- 4-A(191) a Aí chegamos lá, Jacundã
 b descarregamos
 c deixamos meia carga
 d e almoçamos
- 4-A(232) a' Não, aí esse do motor que vinha chegando
 b' Viu nós três lá
 c' E jogaram a corda

apresentam, além das formas verbais marcadas, a marca das conjunções coordenativas das orações *d* e *c'*.

Além da *juntura temporal*, característica definidora das seqüências de orações narrativas ou da própria oração narrativa isoladamente, que se pode manifestar também por uma oração coordenada livre, existe uma outra marca ou índice que pode estar ou não presente na oração narrativa:

(...) temporal juncture is semantically equivalent to the temporal conjunction *then*.
 (p.30)

Na ausência da conjunção temporal, que em português aparece sob a forma de *aí* ou, menos freqüentemente, *daí* e *então*, pode-se antepô-la à oração narrativa como teste para a *juntura temporal*. Eis alguns casos em que a conjunção aparece no português:

- 4-A(030) a Aí eles começaram a achar graça
 b Foram embora
 c Aí, quando eu entrei ali na Bandeira Branca, né

- d Aí eles começaram a conversar na gíria e tudo
 e Aí me manquei com eles
 (.....)
 f Aí eu entrei também na gíria deles

No intuito de vincular a definição de narrativa e de sua unidade básica, a oração narrativa, a uma função referencial, os autores não consideram a oração subordinada como narrativa, já que ela pode ser removida de sua posição original, sem comprometer a ordem dos acontecimentos. Vejamos o exemplo:

- 7-A(068) a E quando ela deu esses pulos
 b Eu não consegui me firmã
 c Eu caí por cima
 d E ela foi corcoveando
 e Porque o cachopo estava pegando no calcanhar
 f E eu saí caminhando
 g E a novilha atrás de mim

em que as orações *a* e *e* não são orações narrativas. A oração *a*, por exemplo, pode ser disposta em qualquer posição de *a* até *d* sem alterar a seqüência temporal dos eventos. Da mesma forma, a oração *e* pode-se deslocar de *e* até *g* sem prejuízo de sentido. Entretanto, perguntamo-nos se a conjunção temporal *quando* da oração *a* não poderia ser substituída pelo advérbio *aí*, sem prejuízo da seqüência temporal também¹. Nessa hipótese, a oração *a* seria considerada narrativa, pois estaria em juntura temporal com *b*. Da mesma

forma, no exemplo anterior, 4-A(030), se eliminássemos a conjunção *quando* da oração *c* ela estaria em juntura temporal com *b* e *d*.

Portanto, se for própria da narrativa a função referencial, no sentido de recapitular a experiência passada, vários podem ser os mecanismos sintáticos envolvidos nessa operação. Por outro lado, se a narrativa tiver essa propriedade de recuperar o tempo, considerando-se como "tempo" uma seqüência de fatos acontecidos no passado, cronologicamente ordenados, somos obrigados a concordar que as únicas orações capazes de "trazer de volta" cada fato acontecido, independentemente e somente pela razão de estar relacionado a outro fato, são, verdadeiramente, as orações narrativas definidas como tal pelos autores. Tal propriedade, no entanto, parece-nos típica da *mecânica* da narrativa, mas atribuir a essa *mecânica* a propriedade referencial temporal parece-nos uma contradição, pois é insuficiente no sentido de não justificar teoricamente nem demonstrar analiticamente uma constatação de base apenas empírica*.

2.2 - Elementos estruturais da narrativa

Após a discussão das características sintáticas que conduzem à definição já exposta de narrativa, os auto-

* Retomaremos essa questão em 2.3.

res apresentam um quadro geral da estrutura da narrativa. De acordo com esse quadro, uma narrativa completa se constituiria das seguintes seções ou elementos estruturais: a Orientação, a Complicação, a Avaliação, a Resolução e a Coda. Em trabalho posterior, William Labov viria a explorar mais a fundo a questão dos elementos estruturais da narrativa (Labov, 1972). A esse respeito, diz o autor:

Briefly, a fully formed narrative may show the following:

1. Abstract
2. Orientation
3. Complicating action
4. Evaluation
5. Result or resolution
6. Coda.

(p.363)

Nota-se, portanto, o acréscimo de um novo elemento, a Sinopse ("abstract"). A análise desses elementos ou seções narrativas, deverá ser feita a partir de ambos trabalhos mencionados.

2.2.1 - Sinopse

A Sinopse, como diz o nome, seria um resumo da história, precedendo o desenvolvimento da própria história. Trata-se de uma antecipação à narrativa. Vejamos o exemplo:

1-B(129) (A senhora já sentiu alguma vez perigo de vida, a morte por perto?)

a Não. Só uma vez, no carro, né. Aquele carro que eu fui em cima, né, credo.

Nota-se, em primeiro lugar, que a Sinopse não é uma seção essencial, já que poderia resumir tão somente uma resposta ao entrevistador, como no caso acima, sem que a narrativa tivesse que se desenvolver. Poderia ocorrer sem a presença do entrevistador, quando o falante intervém numa atitude típica por meio de expressões do tipo "Já te contei?" ou "Vou te contar o que aconteceu comigo...". Poderia, da mesma forma, ocorrer uma narrativa sem a Sinopse como uma parte integrante de sua estrutura, quando os elementos que resumem a história ou lhe conferem interesse já são antecipados na atividade discursiva precedente. A Sinopse pode aparecer do lado do ouvinte - o entrevistador nesse caso - quando já há uma interação suficientemente desenvolvida entre os participantes. Nem todo falante apresenta narrativas "prontas", isto é, de modo a confirmar a presença de todas as seções estruturais. É o caso do exemplo

4-A(178) (E aquele acidente que o senhor teve com o motor, conta de novo pra mim.)

a Ah, sim, esse eu não me lembro que ano foi, né.

b Mas foi aí entre ...

onde notamos que um conhecimento prévio entre os falantes deixa o entrevistador à vontade para solicitar um relato já ouvido noutra ocasião.

2.2.2 - Orientação

A Orientação, segundo William Labov (1972), é geralmente constituída de uma seqüência de orações livres por meio das quais o narrador informa a respeito do tempo, do lugar, das personagens e da situação. A Orientação, numa performance ideal, deveria iniciar a narrativa ou vir logo após a Sinopse, uma vez que é através dessa seção que é feita a contextualização, elemento essencial para se compreender de forma plena a ação que se desenvolve na Complicação, bem como sua unidade. No exemplo,

- 1-B(129) a Não, só uma vez, no carro, né, aquele carro que eu fui em cima, né, credo
- b Até dá pra rir
- c Não, eu vinha passando lá
- d Ai, o nome daquela rua meu Deus, 'pera aí, aquela rua do Servidores ..., ai, aquela rua ali, ali, agora, que eu não sei dizê, 'pera aí, aquela rua que sai ali do Servidores
- e Que tem aquela bomba de gasolina, agora
- f Que a gente entra ali, aquela rua ali
- g Vinha passando ali
- h Tinha dois carro

as orações *c*, *d*, *e*, *f*, *g* e *h* são típicas da Orientação que, neste caso, segue quase imediatamente a Sinopse contida na oração *a*. Entretanto, as narrativas podem iniciar diretamente a partir da Orientação, como no caso

- 2-B(015) a Aí, quando eu morava, nu'ê nessa casa aqui
 não
 b Morava ali em baixo, na mesma rua, aqui
 c Só que era ali em baixo

em que não aparece uma seção de Sinopse, ou seja, não há qualquer antecipação do que virá a ser a história.

Outra forma que evidencia a presença da seção de Orientação é o *juízo de valor* a respeito de algum personagem da história, embora uma oração portadora desse conteúdo possa também ser estruturalmente parte da seção de Avaliação. É o caso do fragmento da narrativa:

- 4-A(030) e Não ia desconfiar que eram bandidos, né?

Ao compararmos as três orações da narrativa 2-B(015) com a oração *e* da narrativa 4-A(030), notamos que as três primeiras são marcadas pela presença de elementos dêiticos espaciais, ao passo que a oração *e*, da outra narrativa, só pode ser interpretada como orientadora devido a sua carga semântica denotadora de um *implícito verbal* que se manifesta através de um juízo de valor caracterizador das personagens, tornando possível ao ouvinte antecipar o tipo de complicação por vir ou criar uma expectativa a respeito.

A ausência de Orientação ou uma Orientação insuficiente para que se possa estabelecer a relação entre os fatos e as datas, lugares e pessoas, provoca interferências por parte do ouvinte. É o que ocorre no caso desta narrativa:

- 3-A(115) a Ela também não soube me explicar
 b E eles 'tavam numa pobreza e a gente ...
 c Ainda tive que dá minha banana, um pão, tudo, pra eles comerem à noite. E aí ...

(Isso foi aonde?)

- d Foi no Exército, quando eu 'tava no Exército, servindo.

(Mas aqui, em Florianópolis?)

- e É. Aqui, em Florianópolis.

2.2.3 - Ação Complicadora

Nos dois trabalhos que estamos utilizando como objeto da presente análise, tanto William Labov e Joshua Waletzky em 1967, quanto William Labov em 1972, são escassos em termos de maiores detalhes a respeito dessa seção estrutural da narrativa, especialmente se considerarmos que a Ação Complicadora é, pelo que entendemos do exposto pelos autores, o núcleo da narrativa e a chave para a com-

preensão da função referencial, já citada.

Em Labov (1972) encontramos a questão da Ação Complicadora remetida para a discussão sobre a definição de narrativa. Da mesma forma, em William Labov e Joshua Waletzky (1967), a informação sobre a Ação Complicadora é a seguinte:

The main body of narrative clauses usually comprises a series of events which may be termed the complication or complicating action. (p.32)

Portanto, está claro que o modo de caracterização da Ação Complicadora coincide com a própria definição de narrativa, a qual, por sua vez, consiste numa seqüência de orações independentes, encadeadas pela juntura temporal, propriedade atribuída à função referencial da narrativa. Entretanto, a seção de Ação Complicadora parece abarcar mais do que simplesmente orações narrativas. Vejamos o exemplo apresentado pelos próprios autores à página 24:

g - And, going down the *third* time, I caught cramps

h - and I started yelling "Help!"

i - but the fellows didnt't believe me, you know,

j - they thought I was just trying to catch up because I was going on or slowing down

k - so all of them kept going

l - they leave me

m - and so I started going down.

(Labov & Waletzky, 1967)

O que se observa no exemplo citado é que há mais do que somente orações ligadas por juntura temporal. Labov afirma que *g* é a primeira oração narrativa, apesar de não ficar claro por que "I caught cramps" não é tratada como oração narrativa isoladamente, sem a anterior, que poderia estar separada. Na verdade, tal procedimento decorre do nível de análise adotado pelos autores para o evidenciamento das seções estruturais da narrativa, ou seja, o nível semântico. Por outro lado, a análise das orações narrativas combina os critérios sintático e semântico, já que a juntura temporal só pode ser detectada semanticamente, mas a exclusão de certos tipos de orações, como as subordinadas, obedece a um critério sintático.

Longacre (1983), analisando um trecho de Mark Twain, exclui também as orações adverbiais da *linha de eventos* ("event line"), atribuindo a esse tipo de orações uma função coesiva no sentido de garantir a referencialidade interna da própria narrativa ("back referential"). Também para Longacre o critério tempo-aspecto não é suficiente para distinguir numa narrativa o que pertence à *linha de eventos* e o que é *material de apoio* ("supportive material"), e separa mesmo orações com verbos no aspecto perfectivo, a partir de critérios semânticos ou de coesão textual, como o caso das orações descritivas ou equacionais². Tais orações, Labov e Waletzky incluiriam na seção de Orientação e, menos comumente, na seção de Avaliação.

A Ação Complicadora, como seção estrutural, não

é definida isoladamente, pois encontramos no exemplo citado pelo autor (reproduzido à página anterior), orações que, estruturalmente, deveriam pertencer à seção de Avaliação. É o caso das orações *i* e *j*. Decorre dessa interpretação que não se pode compreender a Ação estruturalmente isolada da Avaliação, já que a Avaliação é imprescindível para a organização da Ação, conferindo-lhe sentido e unidade no decorrer de todo o corpo narrativo. Examinando-se o exemplo

- 4-A(030) z Aí, quando chegou em frente a Coca-Cola,
- aa Diz assim: "é, pare aí, faça o balão que não dá pra entender."
- bb Digo: "por que, que foi que houve?" "Não, é o seguinte, nós vamos ser franco com você: nós íamos lhe assaltar."
- cc Aí, cada um puxou um trinta e oito,
- dd e o outro puxou uma peixeira assim.
- ee Tinha mais ou menos uns 40 cm, né,
- ff que eu olhei assim.
- gg "Nós íamos lhe assaltar, mas nós 'tamo vendo que você é gente nossa, é gente também da ..."
- hh Eu comecei conversar com eles na gíria né.
- ii Nós 'tá vendo que você é gente boa, gente nossa, então ninguém vai fazer nada; faz o balão, vamo embora, leva pra toca."
- jj Aí digo: "tá legal."

kk Aí nós fomos pra toca, né.

fica difícil, de acordo com os critérios formulados por William Labov e Joshua Waletzky, distinguir a Avaliação da Complicação, porque as duas seções aparecem entrosadas o tempo todo e, inclusive, porque existe um tipo de Avaliação, considerada pelos autores como *Avaliação Interna*, que, na verdade, apresenta-se como *discurso direto* ou, como preferimos entendê-la, uma *dramatização da ação*. Mesmo entendendo o fragmento exposto como exemplo de uma seção de Ação Complicadora, já que ela se configura como tal de acordo com a definição, podemos notar claramente a presença de uma oração orientadora, *z*, orações avaliativas, *dd* e, de acordo com os autores, ainda as orações *aa*, *bb*, *ff*, *hh* e *ii*, todas em discurso direto.

2.2.4 - Avaliação

A seção de Avaliação, segundo William Labov e Joshua Waletzky, é uma suspensão da ação que tem por finalidade informar sobre a carga dramática ou o clima emocional da situação e dos protagonistas. Serve, também, para que o falante dê mais ênfase a certas passagens do que a outras. Nem sempre a seção de Avaliação implica na suspensão da ação, podendo fazer-se presente por meio de elementos lexicais ou sintagmas modificadores da oração narrativa. No caso de a Avaliação corresponder a uma suspensão da

ação, ela cumpriria uma *função estrutural* (1967:37).

Labov e Waletzky identificam a presença das orações de Avaliação como localizadas entre a quebra da Ação Complicadora e a Resolução.

We can establish the break between the complicating and resolving action by locating the placement of the evaluation. Thus the *resolution* of the narrative is that portion of the narrative sequence which follows the evaluation. (p.39)

Posteriormente, Labov (1972) reconheceria que o posicionamento da seção de Avaliação era mais flexível do que o estabelecido por Labov e Waletzky em 1967:

Evaluative devices are distributed throughout the narrative. We must therefore modify the scheme of Labov and Waletzky 1967 by indicating E as the focus of waves of evaluation that penetrate the narrative. (1972:369)

A revisão da posição anterior, no entanto, foi apenas no que diz respeito à complexidade da seção de Avaliação, no sentido de admitir que ela pode ocorrer em qualquer ponto da narrativa. A posição firma-se definitivamente na concepção formulada por William Labov em 1972, a respeito do esquema de uma narrativa completa:

A complete narrative begins with an orientation, proceeds to the complicating action, is suspended at the focus of evaluation before the resolution, concludes with the resolution, and return the listener to the present time with the coda. The evaluation of the narrative forms a secondary structure which is concentrated in the evaluation section but may be found in various forms throughout the narrative. (p.369)

No caso das narrativas por nós examinadas, a posição das seqüências avaliativas parecia atestar a tendência à distribuição livre verificada por Labov. Na narrativa 1-B, por exemplo, ocorre a presença da Avaliação em orações localizadas *entre a Sinopse e a Orientação*:

- a Não, só uma vez, no carro, né, aquele carro que eu fui em cima, né, credo.
- b *Até dá pra rir.*
- c Não, eu vinha passando, aí o nome daquela rua meu Deus ...;

Entre a Complicação e a Resolução:

- f Aí uma senhora veio no fuca.
- g Aí mandô eu parar.
- h Aí eu parei.
- i *Parei. Atravessar a rua. Parei.*
- j Ela garrô, mandô eu passar.
- l Quando eu passei
- m ela botou o carro em cima;

Entre a Resolução e a Coda:

- p Eu pulei em cima
- q e fiquei sentada na frente do carro, ali.
- r *Quando eu dei conta de mim*
- s *eu 'tava sentada em cima.*
- t Foi só. A única coisa que aconteceu comigo na minha vida, né. Mais nada.

Há casos ainda em que uma mesma função é cumprida por orações ou seqüências que poderiam pertencer tanto à Avaliação como à Orientação. É o caso do fragmento da narrativa 4-A, em que a oração

e Não ia desconfiar que eram bandidos, né?

serve tanto para orientar sobre o caráter das personagens como para dizer do estado psicológico do próprio narrador, nesse caso, de ingenuidade perante uma situação de perigo virtual, típica da função avaliativa.

Labov e Waletzky atribuem ainda uma *gradação* à Avaliação, variando de um extremo, a Avaliação Interna, a outro, a Avaliação Externa. À primeira ponta da escala corresponderia o discurso direto, enquanto à ponta oposta o discurso indireto. Assim, na mesma narrativa, 4-A, podemos encontrar um caso de Avaliação Interna:

e Não ia desconfiar que eram bandidos, né?:
 "Pr'onde é?"; "Leva aí, direto; vamo lá em São Brás que eu vou tomar uma sopa."

A ausência ou escassez de Avaliações provoca a interferência do ouvinte, como no caso da narrativa 3-A, quando, ao final, o ouvinte, após ter ouvido uma longa narração provocada pela pergunta "O senhor chegou a sentir medo ou perigo de vida, de morte?", fica sem saber qual a relação entre a história narrada e a pergunta inicial:

3-A(127) (E aí, o senhor chegou a sentir medo por quê?)

d Porque 'tava de noite, sozinho, escuro, num
sabia onde é que 'tava, num é? Quer dizer,
que tudo isso metia medo.

Dessa forma, a força das seções de Avaliação numa narrativa parece confirmar o ponto-de-vista de Labov e Waletzky, no sentido de a Avaliação corresponder à razão de ser da narrativa. Entretanto - e nisso discordamos dos autores quanto à função avaliativa da narrativa - suspeitamos que a razão de ser da narrativa encontra-se na possibilidade de o falante ter ou não ter o que contar como resposta à pergunta inicial. As avaliações encontradas no corpo narrativo, a nosso ver, não são funcionais da atividade narrativa, mas fazem parte da sua própria sintaxe interna, garantindo uma economia narrativa, à medida que informam sobre o caráter das personagens, a situação do falante, conferindo unidade e coesão à ação. O "bom" narrador suspende a ação tantas vezes quantas forem necessárias para avaliar as personagens, a si próprio e à situação. O "mau" narrador deixa lacunas nesse sentido, deixando como pressuposta a relação de causa e efeito entre as personagens e as suas ações. Sob esse aspecto, fica difícil diferenciar a seção de Orientação da seção de Avaliação, já que ambas são responsáveis pela reconstituição histórica, a primeira de natureza localista e temporal, a segunda de natureza moral e existencial.

Labov (1981) viria posteriormente a acrescentar novos elementos à narrativa, mas não sintaticamente estruturados como os do modelo fechado que estamos analisando. É o caso da *reportabilidade* ("reportability") e da *credibilidade* ("credibility"), atributos inerentes ao próprio material narrado. A *reportabilidade* responde pelo direito concedido pelos ouvintes ao narrador de fazer uso da palavra por determinado período de tempo, que na narrativa costuma ser maior que o utilizado em outros atos de fala e está diretamente dependente da performance do narrador no uso da Avaliação, no sentido de não deixar lacunas de informação. A *credibilidade*, assim como a *reportabilidade*, é também dependente das intervenções avaliativas e tão essencial quanto a *reportabilidade*, só que a *credibilidade* é construída sobre uma série de relações lógicas de causa e efeito, oriundas do conhecimento geral que determinada cultura ou grupo tem do mundo. Resumidamente, podemos dizer que a *reportabilidade* é o atributo do que é narrável, de acordo com os valores culturais de cada povo e a adequação às situações de fala; a *credibilidade* é o encadeamento de situações que são narradas e que conferem veracidade à história³.

Infere-se dessa divisão feita por Labov que a *reportabilidade* de um evento pode ter pouco ou nada a ver com sua *credibilidade*. Um "bom" narrador pode elicitar detalhes ou minúcias de acontecimentos em situações onde a maioria das pessoas não encontraria elementos para

construir uma história digna de ser narrada.

Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972) afirmam que a seção de Avaliação é típica da narrativa oral de experiência pessoal, onde cumpre a função já mencionada. De acordo com os autores, o desencadeamento da atividade narrativa é a resposta a um estímulo exterior que não se encontra presente na narrativa de experiência vicária. A questão que não nos parece clara é por que os autores teriam sido levados a opor, de um lado a narrativa de experiência pessoal, sempre desenvolvida a partir da pergunta sobre temor de morte e, de outro lado, a narrativa de experiência vicária, desenvolvida a partir de relatos de filmes de televisão. Em Labov e Waletzky (1967) os exemplos citados com ausência de seção de Avaliação, as narrativas 11 e 13 são, respectivamente, sobre um fato do qual não se sabe a fonte motivadora ou o tipo de pergunta que a teria originado e sobre um seriado de televisão, "O Homem da U.N.C.L.E.". Em Labov (1972) outro exemplo é citado como narrativa de experiência vicária, novamente um relato de um episódio do mesmo seriado de televisão.

Achamos que a disparidade das perguntas motivadoras, a título de caracterizar um e outro tipo de narrativa, prejudica a concepção que se pode fazer delas, limitando-as. Primeiramente, no caso das narrativas de experiência pessoal, a pergunta "Você já sentiu medo da morte alguma vez?" ou suas correlatas, especialmente para o caso brasileiro, "Você já foi assaltado?", são situações extre-

mas que caracterizam um tipo de narrativa, mas não a narrativa⁴. Da mesma forma, o relato sobre um filme de uma série de televisão parece obviamente dispensar a Avaliação, até porque a televisão é um meio de comunicação de massa. Perguntar sobre um episódio da série "O Homem da U.N.C.L.E.", nos Estados Unidos dos anos '60, equivaleria a perguntar sobre um capítulo da novela das 8h, da Rede Globo de Televisão, no Brasil dos dias atuais. Dispensa comentários, pois é do domínio público.

No entanto, parece-nos que retorna a questão da relação entre falante e ouvinte quanto à presença ou ausência, quanto à complexidade ou simplicidade da Avaliação na narrativa. Os autores, com os exemplos fornecidos para ilustrar as narrativas de experiência vicária e assumindo que a função avaliativa está presente apenas nas narrativas de experiência pessoal, parecem querer dizer que a vicariedade de um fato é o limite de engajamento para o narrador em seu compromisso de demonstrar a veracidade do fato, através da carga emocional que, por recursos de dramatização presentes na Avaliação, deixa transparecer.

Achamos que (a), se um fato é do conhecimento geral, mais ele dispensa interferências avaliativas; (b), que o bom contador de histórias, mesmo no desempenho de uma narrativa de experiência vicária, mesmo que tal narrativa refira-se a um filme de televisão ou a uma peça de teatro, fará interferências de caráter avaliativo; (c), que a função avaliativa pode não estar presente manifestada como um

posicionamento do narrador em relação às demais personagens, mas pode estar presente na Orientação, já que Orientação e Avaliação se podem confundir no interesse do narrador em contextualizar, especialmente os "bons" narradores e, (d), que se considerarmos como experiência vicária um fato presenciado pelo narrador mas do qual ele não participou, desde que tal fato não seja, por exemplo, um capítulo da novela das 8h, fica difícil descartar a hipótese da ocorrência da seção de Avaliação. Vejamos a narrativa 2-B:

2-B(024) (E a briga, assim, 'cê já viu alguma?)

- a Ah, a briga foi dois irmão, entende?
- b É que um chegou assim cheio de maconha em casa
- c e o outro num queria que ele dormisse ali na casa junto co'eles
- d Ele é criado c'uma moça, né.
- e Aí começou a brigã com o irmão.
- f Se não fosse os vizinho ir tirá ele matava o irmão.
- g Eu cheguei até a pulá na rua
- h porque a moça desmaiou, a velhinha que cuida dele, né.
- i Aí, é tia do meu pai, a moça, lá, né, dali de cima.
- j Aí eu fui
- k Cheguei na rua de camisola

l porque eu vi que tinha tanto grito, tanto
grito e a mulher gritando
m que eu fui na rua vê, corrê, vê o que que
era.
n Era 3h da madrugada.
o Quando cheguei ali a mulher 'tava desmaiada
no chão, num tem?
p Aí acudiram (...) e o rapaz todo pisado, num
tem?
q Deu até medo.
r Aí eu corri pra dentro de casa bem ligeiro.
s Me tranquei, né,
t mas eu não tinha visto, né, porque já viu,
né?

A narrativa transcrita apresenta excepcionais dificuldades. Trata-se de uma narrativa de experiência vicária, não há dúvida, mas pode-se observar que apresenta inclusive uma seção de Sinopse na oração *a*, o que nos leva a crer não ser esta seção tão rara assim. Mas a dificuldade está, a partir do exame mais atento dos detalhes da narrativa, em decidir o que é e o que não é experiência vicária, ou seja, *acreditamos que tal fato decorre da frieza ou da emotividade do narrador que, na primeira hipótese, assistirá impassível ao ocorrido, na segunda, irá envolver-se na trama dos acontecimentos. Tal envolvimento pode acarretar-lhe conseqüências de ordem emocional que se farão presentes na narrativa ou poderá ser forte o suficien-*

te para levá-lo a engajar-se no curso dos acontecimentos⁵. A oração *f* dá conta da carga emocional do acontecimento — sem, entretanto, caracterizar um envolvimento direto na ação — e a oração *g* é a consequência da tomada de conhecimento de que um tal fato estava ocorrendo. Curiosamente, a oração *g* poderia ser uma oração narrativa, pelo fato de relatar uma ação concreta levada a efeito pela própria narradora, mas veja-se que a ação é decorrente da própria tensão emocional, portanto marca de uma atitude de avaliação.

Por meio de atitude avaliativa traduzida na narrativa por uma ação efetivamente consumada, a observadora acaba por transformar-se em protagonista. É o que informam as orações *l* e *m*. O mesmo se poderia dizer das orações *r* e *s*, apesar de preferirmos classificá-las como narrativas, já que estão ligadas por juntura temporal típica. A oração *q* é avaliativa novamente.

Conclui-se, portanto, que há pelo menos um tipo de narrativa de experiência vicária em que ocorre a seção de Avaliação. No caso examinado, a peculiaridade encontra-se no fato de a Avaliação ter-se constituído na inclusão na narrativa de seqüências narrativas manifestadas por verbos de ação, no aspecto perfectivo e, como no caso da seqüência *r - s*, ligadas por juntura temporal — a Avaliação resulta na própria ação. Mas é bom notar que a Avaliação, contrariamente aos exemplos citados por Labov e Waletzky de narrativas de filmes de televisão, ocorreu também, independentemente daquelas expressas pelas seqüências narra-

tivas que apresentam o próprio narrador como protagonista, como no caso das orações *f*, *l* e *q*.

2.2.5 - Resolução

A caracterização da Resolução, dada por Labov e Waletzky, é de natureza puramente sintática, isto é, integra-se numa posição fixa entre outros elementos estruturais da narrativa. A Resolução e a Complicação, na verdade, integram o que na narrativa é próprio da ação, formando um só elemento estrutural. Entendemos por Resolução a consequência natural do desenvolvimento da ação, interrompida pela Avaliação e reconduzida ao foco então pela Resolução, a qual poderia ter igualmente a configuração de um epílogo. A seção de Resolução não deve ser entendida senão como um desenvolvimento consequente da Complicação, não constituindo, por si, um elemento que possa ser isolado estruturalmente. Talvez seja essa a razão de os autores em 1967 não terem investido na análise e caracterização dos traços formais dessa seção narrativa, tarefa, inclusive, que Labov não retomou em 1972.

O fragmento abaixo apresenta um caso típico de Resolução.

- 1-B(129) j Ela garrô, mandô eu passar.
 k Quando eu passei
 l ela botou o carro em cima.

m Agora eu num sei, se foi um milagre ou foi a
 devoção que eu tenho em muitas coisa que eu
 n quando ela veio com o carro
 o eu pulei em cima
 p e fiquei sentada na frente do carro, ali.

O exemplo confirma a localização da seção de Resolução: as orações *j*, *k* e *l* são da seção de Complicação, a oração *m* é da seção de Avaliação, vindo a seguir a Resolução pelas orações *n*, *o* e *p*.

2.2.6 - Coda

De acordo com os autores, a Coda marca o fim da narrativa:

The coda is a functional device for returning the verbal perspective to the present moment. (1967:39)

Em 1972, Labov reafirmaria a função da Coda como sendo a de trazer o ouvinte de volta ao tempo presente (p. 369). É no final da mesma narrativa 1-B que vamos encontrar um caso típico de Coda*:

1-B(129) t Foi só. A única coisa que aconteceu comigo na minha vida, né? Mais nada.

* A respeito desta seção narrativa, o assunto será retomado na subseção 2.3 da presente seção.

2.3 - A questão da função referencial

O objetivo principal de William Labov e Joshua Waletzky foi estabelecer a relação entre as propriedades formais da narrativa e suas funções, ou seja, os autores firmaram o compromisso de buscar a relação entre as orações narrativas e a seqüência temporal factual que elas encadeiam, caracterizando, dessa forma, um tratamento funcional. Acrescentam ainda que a seqüência temporal, organizada em orações que reproduzem a experiência, não é, por si só, motivadora da narrativa, mas que esta se presta a uma função adicional, de interesse pessoal, determinada por um estímulo no contexto social dentro do qual ela ocorre. A relação entre a seqüência temporal reorganizada narrativamente e a experiência efetivamente acontecida, dão o nome de *função referencial*; a segunda relação, que é motivadora da narrativa a partir das relações humanas que ela organiza ou das quais depende - que é também uma função - dão o nome de *função avaliativa*.

É no âmbito da questão relativa à função referencial que se insere a discussão que a partir daqui nos interessa mais de perto.

Divergimos dos autores quanto à propriedade referencial da narrativa, relativamente à vinculação de tal propriedade à capacidade de recapitular, de maneira cronologicamente organizada, a experiência passada. Acreditamos que a narrativa não tem compromisso com o verossímil cro-

nológico e, mesmo com relação aos fatos e às personagens, a veracidade destes não é por meio dela garantida. A narrativa não é, por si, uma referência idônea da seqüência cronológica, caso que nos levaria a crer numa correspondência entre os fatos e a história.

Não queremos dizer com isso que a narrativa não tenha qualquer base na realidade objetivamente entendida, mas sim que a capacidade de reconstrução do real, atribuída à função referencial, não pode ser entendida livremente, sem restrições. A própria língua reorganiza a realidade a partir de padrões que lhe são próprios e não é a única linguagem adequada para dar conta do real. O próprio Labov (1981)⁶ viria a afirmar que:

'Narrative accounts are not unreal accounts in the sense of being unrelated to reality. They are framed accounts, and with proper attention to those frames and the rules of transformation, we can begin to reconstitute their relations to the wider frames outside of the narrative context.'

'Attention to the social setting of the narrative is then an essential part of this analysis.' (p.221)

Mas o foco da função referencial estaria voltado para a possibilidade de recuperação do tempo cronológico. Contudo, entendemos a narrativa justamente como uma manifestação da impossibilidade de se recuperar a cronologia dos eventos através da temporalidade da língua, quanto mais no caso dessa temporalidade vir expressa em orações que detêm como marcas dessa propriedade os morfemas gramaticais indicadores de "tempo pretérito" e "aspecto perfecti-

vo" dos verbos.

Por função referencial entendemos uma função da linguagem não exclusiva da narrativa, a qual, por sua vez, é uma manifestação de gênero daquela. O parâmetro referencial não é o tempo, mas o próprio homem e a sua experiência. Postular a existência de uma função referencial para a narrativa, ou atribuir à narrativa o estatuto da referencialidade temporal, é incorrer no risco de confirmar uma já confusa noção de tempo, fundindo-a com a temporalidade inerente à própria língua, que não é da mesma natureza.

Essa contradição entre tempo e temporalidade linguística torna-se mais evidente quando Labov e Waletzky (1967), ao postularem a seqüência temporal como propriedade definidora da função referencial, afirmam que "a narrativa não é o único método para referência a uma seqüência de eventos, e nem toda recapitulação de experiência é narrativa" (p.20).

A função referencial estaria manifestada na narrativa somente pelas orações ligadas por junção temporal, as únicas consideradas como orações narrativas, ficando todos os demais tipos de orações excluídos dessa capacidade de referência. Ora, se entendemos a função referencial como a propriedade definidora da narrativa e se somente as orações ligadas por junção temporal são portadoras dessa propriedade, somos forçados a concluir que os limites de

uma narrativa estão confinados aos períodos formados por uma seqüência de orações narrativas e somente estas, sendo todos os demais períodos e orações não-narrativos.

Uma tal caracterização do que seja lingüística-mente considerado como narrativo e não-narrativo, baseada numa função referencial capaz de recuperar a seqüência temporal original dos fatos, não nos parece clara nem satisfatória metodologicamente. Falta clareza por ficarmos sem saber que destino dar às demais orações, se as consideramos ou não integrantes do corpo narrativo funcionalmente considerado; é insatisfatória porque, apesar de atribuir o estatuto da referencialidade narrativa às orações capazes de recapitular a seqüência temporal original dos fatos, vincula essa temporalidade a um caráter meramente sintático, qual seja, a mecânica da juntura temporal das orações, e ao jogo dos tempos verbais, isto é, formas finitas do modo indicativo, já que orações aparentemente portadoras da mesma propriedade referencial, como o caso das subordinadas adverbiais temporais, são excluídas dessa funcionalidade narrativa.

Na verdade, Labov e Waletzky (1967) não caracterizam a juntura temporal como um elo sintático mas, sim, semântico. Entretanto, a exclusão das orações subordinadas a que nos referimos faz prevalecer o critério sintático. Da mesma forma, o critério caracterizador da juntura temporal é semântico, mas suas implicações são de natureza sintática, pois prevalece o teste da impossibilidade de

deslocamento da oração ligada por junção temporal, contra-riamente ao caso das orações adverbiais. Apenas um "reajustamento semântico" na oração adverbial, como a troca de *quando* por *aí*, é capaz de recuperar a junção temporal, o que demonstra a fragilidade da junção temporal como critério semântico.

Examinemos o caso da narrativa 4-A(030):

- a Trabalhando de madrugada
- b Peguei uma corrida, daqui do ... da ... da Condor, né?
- c Antigamente funcionava aquele negócio lá, mulherio, tudo por ali, né.
- d Aí, umas 2h da madrugada, apanhei três rapazes, né.

Não há dificuldade em reconhecer as orações *a* e *c* como componentes da seção de Orientação. Três critérios podem identificá-las: (a), o critério semântico, pois são orações livres, isto é, poderiam ser deslocadas para qualquer ponto da narrativa; (b), o critério morfológico, já que a oração *a* apresenta o verbo no gerúndio, conferindo-lhe aspecto de concomitância com o tempo da ação expressa pelo verbo da oração seguinte, *b*, e a oração *c* apresenta verbo no tempo pretérito imperfeito, aspecto imperfectivo, as duas orações em oposição quanto ao aspecto perfectivo dos verbos nas orações *b* e *d*; (c), a presença de elementos dêiticos espaciais e temporais — pronomes demonstrativos e

advérbios de tempo e lugar, quais sejam:

- a ... de madrugada
- b ... daqui ... da ... da Condor
- c Antigamente ... aquele negócio lá ... tudo por ali
- d Aí, umas 2h da madrugada ...

As orações *b* e *d* são orações narrativas, pois estão ligadas por junção temporal. Se colocássemos *b* e *d* em seqüência e eliminássemos as informações relativas a tempo e espaço, como, por exemplo,

- b Peguei uma corrida
- d Apanhei três rapazes, né,

essas orações nada nos diriam do contexto ou "cenário", da situação ou do tempo. Na verdade parece que o narrador ia começar a narrativa quando deu-se conta de que deveria precisar com mais exatidão o contexto, tanto é que a oração *b* é seguida de *c*, que informa sobre o caráter do lugar, e *d* nada mais faz que expressar o conteúdo de *b*, trocando a informação de lugar por uma informação de tempo. As orações *b* e *d* são narrativas, mas são igualmente orientadoras e portadoras da capacidade de recapitular a experiência passada. Examinemos o desenvolvimento da mesma narrativa a partir da oração *d*:

- e Não ia desconfiar que eram bandidos, né?:
"Pr'onde é?" "Leva aí direto, vamo lá em São Brás que eu vou tomar uma sopa".

f E ali atrás do mercado tinha um camarada que fornecia sopa de madrugada pro pessoal, né, aquela sopa cum tutano e tudo.

g Aí eu rumei pra lá.

Ao observarmos a seqüência das orações, notamos que *d* pode-se articular com *g*, se fôssemos atentar para a noção de juntura temporal, já que à ação de "apanhar três rapazes" sucede a ação de "rumar pra lá". Entretanto, será impossível entendermos a que se refere o advérbio *lá*. O advérbio, neste caso, dá conta de uma referência anafórica que, necessariamente, ou remete para alguma instância anterior da narrativa ou obriga o ouvinte a intervir⁷. No caso particular da oração *g*, a informação a ser suprida encontra-se em discurso direto na oração *e*.

Examinando-se a seqüência completa, encontramos as orações *b*, *d* e *g* ligadas por juntura temporal, formando, portanto, uma seqüência narrativa. Se a juntura temporal é a característica definidora da unidade básica da narrativa, a oração narrativa, e esta, por sua vez, reproduz a experiência efetivamente acontecida sendo, portanto, referencial, então a seqüência *b - d - g* é referencial. No entanto, a referencialidade dessas orações é um fenômeno da língua e não da narrativa, pois sem os elementos formalmente identificáveis como dêiticos, o estatuto referencial dos sintagmas verbais contidos nessas orações é de natureza puramente lexical.

Conclui-se, portanto, que a função referencial não é um estatuto da narrativa, mas da língua, e que a seqüência temporal não pode ser definidora da função referencial, já que a temporalidade dos verbos não expressa nada referencialmente quando isolada dos elementos espaciais e temporais que com ela se articulam para produzir sentido.

Conclui-se, ainda, que os elementos estruturais de uma narrativa, justamente por serem estruturais, não podem ser isolados em blocos de seqüências de orações, mas que *cada elemento estrutural pode ser encontrado em cada sintagma oracional de forma lexicalizada ou presente por meio do recurso coesivo da referencialidade textual, a qual depende também do jogo dos tempos verbais*. Estes, por sua vez, são co-referentes da temporalidade lingüística, propriedade persistente da própria língua e não apenas da narrativa.

O tempo, propriamente, como ficou demonstrado, na narrativa, é manifestado por elementos que remetem à situação, externos ao texto, e não pelos sintagmas oracionais ligados por juntura temporal dependente dos verbos.

Com respeito à questão da função referencial, há ainda os argumentos a favor da nossa hipótese que se encontram nos desenvolvimentos feitos por Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972) a respeito da Coda. Em 1967, os autores referem-se à propriedade funcional que a Coda teria

de trazer a perspectiva verbal para o presente e, em 1972, Labov reafirmaria tal posição. No nosso entendimento, a perspectiva verbal apenas se articula com a natureza dêitica do próprio tempo e espaço narrativos. Labov e Waletzky (1967), entretanto, parecem sustentar na articulação verbo-temporal da narrativa uma propriedade de referir o passado, não atentando para o significado da presença da categoria dos dêiticos na narrativa, e a mudança por que passa a categoria quando a narrativa chega a termo na Coda. Como se vê, os autores apenas observam o fenômeno sem nada inferir que os faça alterar o estatuto da referencialidade temporal para a narrativa:

One device used in coda is deixis. This is the linguistic category that points to a referent instead of naming it explicitly: in this case, it has the effect of standing at the present moment of time, and pointing to the end of the narrative, identifying it as a remote point in the past.

(.....)

This use of the obviate deictic category — *that, there, those* — contrasts sharply with the use of the proximate in the body of the narrative — *this, here, these*. (p.40)

Apesar de a observação dos autores referir-se apenas a dêiticos espaciais, há a ressalva relativamente à distância e à proximidade que os mesmos indicam, no primeiro caso na Coda e no segundo caso no interior da própria narrativa. Mas a oposição distância-proximidade espacial serve para marcar uma outra oposição, a oposição narrativo-discursivo, justamente por ser a Coda a passagem

de uma situação de fala narrativa para uma situação de fala discursiva⁸.

NOTAS DA SEÇÃO 2

¹ A inclusão do termo *aí* na classe dos advérbios é suspeita, pois não enfatiza sua principal propriedade, qual seja, a de ser um *dêitico espacial*. Note-se que, na narrativa, inúmeros dêiticos espaciais servem para articular significações *temporais*, o que reforça a idéia de tais elementos serem signos meramente coesivos, quando não têm seu referente identificado na própria situação de enunciação. Para o caso da narrativa, mais adequada parece ser a classificação que Harald Weinrich (1973) lhes atribui, ou seja, a de signos "macro-sintáticos". Por enquanto, permanece a designação de "advérbio", já que trataremos das idéias de Weinrich mais adiante.

² LONGACRE, R.E. *Grammar of discourse*. New York, Plenum Press, 1983. p.15-6.

³ LABOV, W. "Speech actions and reactions in personal narrative". In: TANNEN, D., ed. *Analysing discourse: text and talk*. Washington D.C., Georgetown University Press, 1981. p.227-9.

⁴ Uma hipótese é a de que Labov estivesse mais preocupado com a "reportabilidade" dos eventos, ou se tenha aproveitado do elevado grau de "reportabilidade" que os eventos relacionados com violência e morte desfrutam em nossa cultura.

⁵ Labov (1981) procura estabelecer a relação causal que existe entre os atos de fala e as ações resultantes. LABOV, op.cit., p.219 e ss.

⁶ LABOV, 1981, op. cit., p.221.

⁷ Nossa posição é confirmada também por Longacre, 1983, op.cit., p.14-7.

⁸ Remetemos a questão, novamente, para os signos "macro-sintáticos" (Weinrich, 1973), conforme a nota 1 à presente seção.

3 - A TEMPORALIDADE LINGÜÍSTICA E A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA TEMPORAL

Acreditamos que uma possibilidade para interpretarmos a questão referencial na narrativa, sua vinculação à capacidade de recuperar o tempo e, mesmo, sua propriedade definidora da própria narrativa, segundo William Labov e Joshua Waletzky, é procurarmos situar melhor a questão do tempo. Já que os próprios autores nos oferecem uma descrição da articulação espaço-temporal manifestada pelos dêiticos, consideramos esta uma pista significativa também para abrirmos o campo da narrativa para a perspectiva da enunciação onde, talvez, possamos encontrar elementos capazes de interpretar mais convincentemente os conflitos que detectamos até aqui.

O campo da enunciação, em conformidade com as idéias de William Bull e Émile Benveniste, parece-nos o mais adequado por expor os protagonistas da relação discursiva e dispô-los num "cenário" onde as dimensões espacial e temporal são necessariamente levadas em conta. Por outro lado, se o campo da enunciação é ideal para entender a natureza dêitica de algumas categorias lingüísticas, tal perspectiva é insuficiente para dar conta de todo um sis-

tema temporal lingüístico. Resulta da constatação dessa insuficiência, que nossa proposta se apresentará crítica também quando for necessário, ora assentando-se em argumentos próprios, ora buscando auxílio em outros autores.

Como o foco da discussão partiu da questão da "função referencial", baseada na capacidade de recuperação cronológica da narrativa, faz-se necessário, antes, uma breve exposição teórica do que alguns autores têm a dizer a respeito de tempo e temporalidade lingüística, com o propósito de separarmos essas noções como única possibilidade de levantarmos hipóteses capazes de oferecer novas perspectivas para algumas das lacunas expostas no modelo de Labov e Waletzky.

Posteriormente, examinaremos alguns aspectos do sistema temporal concebido por Harald Weinrich, aproveitando as noções que desse sistema melhor nos servirem para elucidar as questões levantadas no decorrer da presente seção.

3.1 - Tempo e "tempo"

Primeiramente, é necessário fixarmos o sentido exato dos termos que servem de título à presente subseção. Por Tempo (com a inicial maiúscula) entendemos uma entidade objetiva que pode ser tomada tanto numa acepção fenomenológica como existencial. William E. Bull (1968), a este

respeito, considera a existência de um *tempo público* e um *tempo pessoal*, correspondendo à primeira dessas noções uma unidade de medida segmentável e convencional, tendo como referencial a duração de certos fenômenos naturais, ao passo que à segunda noção corresponderia uma medida subjetiva, regulada tão somente pelo falante e pela situação emocional¹.

É o próprio William E. Bull que foi buscar na Física uma definição de Tempo:

For the physicist time is the fourth dimension, an objective entity characterized and defined by three attributes: (1) linearity, (2) durational infiniteness, and (3) the capability of being divided into an infinite number of segments having an infinite variety of magnitudes. (p.4)

Somos forçados a admitir, portanto, que a noção de Tempo, a rigor, pertence ao domínio da Física, embora a definição dada possa, igualmente, ser perfeitamente clara para o entendimento que o leigo tem dela.

O "tempo" (com inicial minúscula e entre aspas) deve ser entendido no sentido que emprestamos aos "tempos" verbais de uma língua, como no caso do português, e refere-se às possibilidades de flexão do verbo, que podem ser tanto entendidas dentro das condições da gramática tradicional (nocional) ou, como na perspectiva de tratamento que pretendemos propor, vinculadas às condições gerais da enunciação.

Compreende-se por que o mesmo autor, William E. Bull, não se tenha detido numa definição de "tempo", já que em inglês a palavra *tense* não se confunde com *time*. A equivalência de significado, no inglês, pode ser decorrente de herança cultural, ao passo que no português e em outras línguas a equivalência é de nível lexical, equivalência que a tradição gramatical perpetuou, não chegando nem a se constituir num caso de polissemia.

Um tratamento formal, não levando em conta a funcionalidade da língua, pode-nos fazer crer como tranqüila a equivalência entre Tempo e "tempo", como se os tempos verbais, através da sua articulação na língua, fossem uma garantia da presença do Tempo na língua.

Muitos autores, entretanto, encarregaram-se de desfazer a confusão. Podemos encontrar pistas históricas, filosóficas e metodológicas, estas últimas sempre decorrentes das peculiaridades do objeto de conhecimento próprio a cada ciência. O próprio William Bull privilegiou estas duas últimas ao buscar auxílio na Fenomenologia e na Física. É notável que seu trabalho, na época, não tenha tido acolhida imediata nos meios acadêmicos, fato que só se explica pela predominância da corrente estruturalista na época².

Harald Weinrich (1973) cita como fonte primeira da equivalência entre Tempo e "tempo" a *Poética*, de Aristóteles. De fato, ao consultarmos uma edição portuguesa da

obra³, encontramos no capítulo XX "Da elocução e de suas partes", o seguinte:

9. O verbo é um som composto, significativo, que indica o tempo, e do qual nenhum elemento é significativo por si, como sucede nos nomes; com efeito, os termos "homem" e "branco" não dizem nada sobre o tempo, mas as formas "anda", "andou", indicam, além disso, o primeiro, o tempo presente, o segundo, o tempo passado. (p.336)

Curiosamente, a mesma edição portuguesa traz uma advertência, em nota de rodapé, a respeito das imprecisões do referido capítulo no que se refere à conjunção e ao artigo, devido a lacunas no texto original. Entretanto, consultada uma edição americana⁴ da mesma obra, não encontramos qualquer nota a respeito. Logo a seguir, no mesmo capítulo, Aristóteles fala sobre a "flexão" do verbo, mas para referir-se, certamente, às declinações do grego, já que as relaciona com "deste" (genitivo ?) e a "a este" (dativo ?).

Seja qual for o caminho percorrido pelo texto clássico e por quantas interpretações tenha passado, é válido como fonte histórica, mas o assunto é mais para filólogos do que para lingüistas, mesmo porque não é nosso objetivo reconstituir o caminho ou opinar a respeito.

Em Lyons (1971)⁵ vamos encontrar uma explicação razoável, capaz de elucidar a confusão, que traz implicações de natureza histórica e filosófica, herdadas de Aristóteles e perpetuadas pelos gramáticos medievais.

De acordo com o autor, o termo "categoria", herdado da tradição filosófica aristotélica, ter-se-ia descaracterizado em virtude das mais diversas acepções de que se revestiu. Como a língua era ao mesmo tempo objeto e instrumento de análise, era natural que pudesse ser analisada tal e qual os fenômenos naturais, em termos de "matéria", "forma" e "substância". Como para o conhecimento do mundo só se podia ter como instrumento a própria língua, acreditava-se que a sua estrutura desse conta de reproduzi-lo fielmente. Assim sendo, o conhecimento sobre os fenômenos naturais era o conhecimento da "gramática" da língua, ou, o conhecimento era a própria capacidade de atualizar-se em discurso. 'As categorias do "ser", "significação" e "entendimento" eram congruentes umas com as outras; e a congruência dos três conjuntos de categorias era sustentado para justificar a última e indissolúvel associação da filosofia, da gramática e da Lógica' (1971:271).

A concepção errônea de que o Tempo se manifesta na língua através das flexões do "tempo" verbal foi, portanto, herdada dos gregos, repassada pelos romanos e recuperada pelos filósofos medievais até nossos dias.

3.1.1 - O "tempo" como categoria particular

Os gregos, assim como os romanos e os escolásticos, acreditavam que o "tempo" fosse uma categoria lin-

güística universal. A idéia do "tempo" como universal lingüístico, certamente decorre da improbabilidade de se admitir a existência de um povo ou de uma civilização que não tenha noção de uma dimensão da realidade conhecida como Tempo. Um tal povo não constituiria uma civilização, na medida em que só podemos entender por civilização o acervo cultural acumulado por esse povo durante a trajetória de sua existência. Conseqüentemente, a experiência acumulada deverá estar presente em alguma forma de registro. Um registro pode ser tanto uma lenda, uma canção ou a obra de um artista, como fez Homero com os gregos.

É de admitir-se, portanto, ser o Tempo uma categoria universal, seja no sentido cumulativo da experiência passada, seja no sentido de se poder "medi-lo" como quantidade, assim como o Espaço. Outra coisa, no entanto, é assumir que o "tempo" é uma manifestação de que a língua é portadora da capacidade de "dizer" ou de "significar" o Tempo. Tanto essa manifestação não ocorre, ou a idéia que dela temos é falsa que os autores fazem referência a inúmeras línguas que não conhecem a categoria "tempo", sendo que esses autores jamais afirmaram que os povos usuários de tais línguas desconhecem a noção de Tempo⁶. A diferença fundamental é que para nós a noção de Tempo tornou-se, com a sofisticação dos instrumentos da civilização, uma noção palpável, concreta e reguladora. Mas, justamente por contarmos com meios bastante sofisticados e exatos para nos referirmos ao Tempo — inclusive lingüisticamente — não recorremos aos "tempos" verbais para situar fatos, pre-

cisar etapas de Tempo passadas ou futuras, entre outras operações. Acreditamos numa outra função para os "tempos" verbais, como se verá mais adiante. Até aqui, não é o caso de propormos qualquer tratamento especial para a categoria gramatical "tempo", mas, sim, demonstrarmos a não equivalência entre Tempo e "tempo".

Émile Benveniste (1966)⁷ condiciona o levantamento das formas de um sistema verbal à fonte primeira de qualquer atividade lingüística, a *enunciação*. Segundo o autor, sem a distinção entre as marcas que são próprias da língua como parte de um processo de linguagem mais abrangente, ou seja, a *enunciação*, e as marcas que relacionam os participantes da *enunciação* com seu produto, o *enunciado*, estaremos apenas perpetuando um tratamento formal que sempre se deu à língua. Testemunha desse formalismo é o caso da noção de Tempo vinculada ao sistema verbal. Para Benveniste, a temporalidade não é uma categoria inata do pensamento, mas apenas marca da presença na língua do momento de sua realização, a *enunciação*, eixo a partir do qual articulam-se todas as demais marcas de "tempo". Resumindo, parte da *enunciação* a instauração da categoria "tempo" (p. 83).

Dominique Mainguenu (1981)⁸, ainda sobre a questão da temporalidade lingüística, confirma a posição dos autores até aqui citados, que também é a nossa:

Os locutores têm facilmente a ilusão de que os diversos "tempos" lingüísticos são um de-

calque exato de um tempo real extralinguístico. (...) Na realidade, o tempo linguístico é diferente do tempo extralinguístico no sentido em que aquele se ordena unicamente por afinidade à atividade de enunciação. (p.41)

Como argumento final, faremos menção a um pequeno artigo de Harald Weinrich⁹. Trata-se, na verdade, de uma conferência. Nela, Weinrich coloca de maneira econômica e clara os princípios orientadores mais importantes da diferenciação que estamos estudando e que servirão de base para o tratamento que proporemos mais adiante.

Citando vários autores, Weinrich traça o caminho para uma distinção clara, inicialmente, entre duas noções: a de Tempo e a de Temporalidade. A primeira, citando Spengler, reconhece como instituição fundamental, condição própria da civilização ocidental, a qual investiu tanta tecnologia nessa ilusão quanto o progresso tecnológico que por essa hipostasia se gerou. A segunda noção, a de Temporalidade, termo criado por Martin Heidegger e utilizado no mesmo sentido por Jean-Paul Sartre, seria entendida como o próprio fundamento ontológico da existência humana.

Assim, temos duas noções: uma, de Tempo, de caráter fenomenológico; outra, de Temporalidade, de caráter existencial. Entretanto, Weinrich cita Benjamin Lee Whorf e sua descoberta a respeito da inexistência de qualquer traço de temporalidade na língua dos Hopis da América do Norte, povo de uma civilização que desconhecia a noção temporal e nem sequer possuía uma palavra para designar o

Tempo. Não é o caso de tratarmos aqui da língua e da civilização dos Hopis, mas Weinrich não preenche a lacuna a respeito dos Hopis, se para esse povo a Temporalidade era um fundamento ontológico-existencial, nem se o Tempo, apesar de não ser marcado pela sua presença lingüisticamente, não era reconhecido pelos Hopis através da recorrência de certos fenômenos naturais, como a mudança da lua, o nascer e o pôr do sol, a mudança das estações, o dia e a noite, a vida e a morte. Somos levados a crer que mesmo para povos como os Hopis, uma civilização que não investiu tecnologicamente na medição e na quantificação do Tempo, a Temporalidade e o Tempo eram igualmente uma dimensão da realidade, apesar de não manifestada na língua por marcas específicas de uma categoria.

O que importa a respeito do artigo de Weinrich é que o Tempo, assim como o Espaço, são manifestados na língua por elementos específicos para esse fim: advérbios de tempo, advérbios de lugar, enfim, *cifras*. Dessa forma, quando recebemos uma carta ou quando praticamos certos atos próprios da vida civil, o local e a data são signos reveladores do Espaço e do Tempo, atestam idoneamente a respeito dessas dimensões. Os "tempos" verbais, apesar de recorrentes em número muito mais significativo que os advérbios, nada dizem a respeito do Tempo. Para Weinrich, os "tempos" verbais não têm nada a ver com o Tempo. A função dos "tempos" verbais é 'informar-nos a respeito da situação falada em que nos encontramos. Informam-nos, sobretu-

do, se nos encontramos numa situação falada discursiva ou apenas numa situação falada narrativa' (1964:185).

Finalmente, a questão da Temporalidade. A Temporalidade é a marca de tensão da situação de fala discursiva, que só pode ser destruída pela narração, ato de fala não-tenso, não-discursivo, enfim, que não diz nada do Tempo e que nos libera do atavismo da Temporalidade.

3.2 - A enunciação e a natureza dêitica dos pronomes pessoais e do "tempo"

William Bull, sem ter explicitamente declarado a formulação de uma teoria da enunciação não fazia outra coisa ao demonstrar a diferença entre Tempo e "tempo". Aliás, qualquer autor que propusesse uma tal desvinculação entre as noções de Tempo e "tempo", chegaria algum dia a perguntar-se então que tratamento dar aos verbos de uma língua, tradicionalmente identificados como portadores de marcas de Tempo, sem falar dos advérbios e pronomes demonstrativos.

Uma tradição gramatical tão marcante é consequência de um tratamento formal que sempre se deu à língua e, a prosseguirmos por esse caminho, de nada adiantará separarmos os tempos verbais da noção de Tempo, entre outras coisas. Por outro lado, não se pode negar a evidência de uma característica da língua: a sua temporalidade in-

trínseca, manifestada através de um sistema recorrente de oposições temporais que marca as terminações verbais. Isto é um fato, mas um fato cuja amplitude ou dimensão deve ter uma explicação que não repita o reducionismo da vinculação entre Tempo e "tempo".

Quando medimos o Tempo pelo Tempo, este se apresenta numa perspectiva bi-direcional. Por outro lado, quando medimos o Tempo pelos acontecimentos, ele se apresenta unidirecional ao futuro (Bull:8). Os eventos, entretanto, enquanto eixos de orientação, ou, conforme Bull, 'eixos de orientação pública', não são Tempo porque não têm dimensão nem duração.

Um ponto no relógio cósmico está para o Tempo como o meridiano de Greenwich está para o Espaço, um eixo para iniciar a medição, um eixo de orientação.

Nem o relógio nem o "marco" ("yardstick") é parte do que está sendo medido.

É extremamente importante lembrarmos-nos que quando nós "dizemos o tempo", não estamos, de fato, falando sobre o Tempo.

Estamos falando sobre eventos. (p.7)

O mais importante na classificação dos eixos de orientação de William Bull é o reconhecimento de dois grandes eixos de orientação — o público e o privado. Neste último, que se refere aos acontecimentos que fazem parte da vida interior de cada ser humano, o único acontecimento que é privado mas que se torna um marco público de orientação é o ato de falar a outra pessoa. Ao único momento individual mas que pode ser tomado como referencialmente pú-

blico, conforme Bull, corresponde o ato de enunciação descrito por Émile Benveniste e outros autores para diferenciá-lo do enunciado, produto da enunciação.

Convergem para o mesmo plano, portanto, as idéias de William Bull e Émile Benveniste: a perspectiva funcional, que leva em conta muito mais as condições de emprego da língua que sua descrição gramatical formal. A enunciação corresponde o ato de fala no sentido de ser a língua posta em ação ou funcionamento por um ato de vontade de um locutor num determinado momento e num determinado lugar. Ao enunciado corresponde o ato realizado, produto da enunciação. Enquanto perspectivas lingüisticamente consideradas, a enunciação pertence à dimensão do "fazer" e o enunciado pertence à dimensão do "ser"¹⁰. Estas dimensões podem ser correlacionadas ao divórcio estabelecido por Ferdinand de Saussure entre "parole" e "langue" respectivamente, quando delimitou o objeto da lingüística na "langue".

A condição específica da enunciação, segundo Benvenista (1966) é 'o próprio ato de produzir um enunciado e não o texto do enunciado que é nosso objeto' (p.80). Decorre dessa especificidade da enunciação uma consequência inevitável, qual seja, a de se poder estudar o enunciado prescindindo da enunciação mas de somente ser possível o estudo da enunciação levando-se em conta o enunciado. Com isto queremos dizer que uma possibilidade é a de se estudar a língua descrevendo os traços formais recorrentes de categorias estabelecidas, presentes em certo número de enun-

ciados de determinada língua. Outra possibilidade é a de estudarmos a língua enquanto um "fazer" decorrente de um ato de vontade perpetrado por um sujeito que a tomou e a colocou em ação - é o que entendemos por lingüística da enunciação. Esta última, contudo, vai recair novamente no produto final do próprio ato de enunciação: o enunciado. Mas, por paradoxal que possa parecer, o enunciado oferece essa dupla possibilidade, a de apresentar marcas de "produto acabado" tanto quanto marcas de "produto em elaboração". Dependerá tão somente por qual enfoque se lhe pretenda tomar. Evidentemente, a opção por um caminho que procure investigar os traços da presença do "fazer" lingüístico no enunciado terá de levar em conta, permanentemente, o caráter efêmero, não acabado, da própria relação entre o sujeito falante e seu próprio produto, caso contrário estaríamos reduzindo o estudo da enunciação à impossibilidade, uma vez que não disporíamos de um elemento estável e coeso que se oferecesse à análise.

Numa tal dimensão, parece-nos, portanto, que, por perspectiva de enunciação, a única saída metodologicamente exequível é examinar a relação do produto com seu produtor, sendo o produto o enunciado lingüístico com a propriedade da permanência e o produtor um sujeito que colocou a língua em ação em determinado lugar e momento para uma determinada finalidade, características que conferem à enunciação sua inerente não-permanência e não-durabilidade. O exame das marcas que ligam o produto - enunciado - ao seu produtor, inevitavelmente situado num dado ponto do

tempo e do espaço - situação de enunciação - é que nos reconstruirá a relação entre o sujeito falante com seu único eixo de orientação público, a enunciação.

O eixo de orientação que nos interessa mais de perto é o marcado pelos verbos. Este será nosso enfoque de uma situação que poderíamos definir como tri-referencial, que é a situação da enunciação: referência do locutor a sua própria alocação; referência do locutor ao local; referência do locutor à época da enunciação. Pela primeira referência responderiam os pronomes pessoais, garantida a oposição "eu-tu" como índices da presença dos sujeitos da relação discursiva, relação que exclui por sua natureza a "não-pessoa" (ele(a)). Pela segunda referência responderiam os pronomes demonstrativos ou elementos responsáveis pela ostensão, signos virtuais sem referentes identificáveis fora da relação discursiva, ou seja, os dêiticos espaciais. Finalmente, pela terceira referência responderiam os advérbios de tempo e os verbos, estes tendo no "presente" sua marca de concomitância com a enunciação.

Sem dúvida que poderíamos tratar dessas duas referências, espaço e tempo, conjuntamente, já que ambas são responsáveis pelos índices que remetem ora para a enunciação, ora para fora dela, mas a nossa preocupação é com o tempo apenas. Portanto, só falaremos dos indicadores espaciais quando estes estiverem se articulando com os indicadores de "tempo" e servirem para demonstrar o que pretendemos.

Colocada a enunciação como um fato responsável pela emergência da língua, na verdade único fato concreto e observável, poder-se-ia reduzir a descrição lingüística a isto? A clássica distinção entre discurso e narração não mais caberia?

Quando falamos da enunciação parece estarmos falando de um fato tão óbvio que fica desconcertante admitirmos que, ainda atualmente, a visão que se tem da língua é a de um sistema estático de formas definidas "a priori", entretanto difíceis de convencer se atentarmos para sua única realidade palpável. É o caso de citarmos a diferenciação que tradicionalmente se faz entre discurso e narração, na modalidade escrita. Guardando as fronteiras que garantem a especificidade da modalidade escrita da língua, as quais, entretanto, não prejudicam em nada a essência dos conceitos de discurso e narração, podemos ver que as características de um e outro gênero costumam ainda ser apresentadas como uma oposição entre argumentação e relato de acontecimentos passados, respectivamente. Poderíamos acrescentar ainda os traços formais diferenciadores, de natureza gramatical: para o discurso, decorre da atitude argumentativa a elevada incidência dos elementos responsáveis pela coesão textual, garantidores de sentido - relatores explicativos, conclusivos, entre outros; para a narração, a presença dos verbos no aspecto perfectivo, etc. Tais descrições só aproveitam aos que já compreenderam a importância da presença (ainda que virtual no caso da modalidade

escrita) do interlocutor, a ponto de terem-na já internalizado como um princípio funcional básico da língua, ou seja, não existe língua sem finalidade, sem interlocutor. Nesse sentido, o que muda ao instaurarmos a enunciação como referencial privilegiado da língua, é a instituição de um personagem ausente nas descrições que levam em conta somente seu aspecto formal - o Homem. O reconhecimento desse novo personagem traz, enfim, a questão da *referência*, porque traz à luz a visualização da mecânica do trânsito espaço-temporal que só pode ter como "marco-zero" a situação e o momento em que uma produção linguística qualquer ocorre, ou seja, a instauração de sua própria sui-referencialidade.

Dominique Mainguenu (1981), a respeito dos dêiticos, diz que 'os dêiticos isoladamente, enquanto embreantes, relevam da temporalidade específica da língua e não de qualquer cronologia extralinguística' (p.24). Ao instaurarmos a enunciação como a dimensão própria que rege as condições de produção da atividade linguística, temos, como foi até aqui demonstrado, que o "tempo" se pode inserir perfeitamente naquela categoria que Benveniste chama de *signos virtuais* ou *signos vazios*. São *virtuais* ou *vazios* porque não são nominais, ou seja, dependem para significação de um referente que só pode estar presente na própria enunciação. Há ainda *signos temporais* que não dependem da situação de enunciação diretamente, mas são *co-referenciais* da própria estrutura textual. Tais *signos di-*

zem do Tempo, de fato, mas são necessariamente remetidos para a própria enunciação ou para algum outro elemento linguístico no interior do próprio enunciado. Poderíamos, ainda, arbitrariamente, levantar uma terceira classe de signos temporais, a dos signos "cifras", segundo a expressão de Weinrich, e que servem para quantificar ou medir o Tempo e nada têm a ver com a situação de enunciação e nada alteram, estruturalmente, as forças internas de coesão de um texto, já que sua referência é exterior ao próprio texto. Com relação a estes últimos poderíamos, similarmente aos exemplos citados por Weinrich, mencionar o caso dos painéis informativos dos horários de partida e chegada de ônibus, trens e aviões, nas respectivas estações e aeroportos. Assim sendo, um painel que indique "Horários de Saída - Destino: Campinas - 14:30 - 15:30 - 16:30 - 18:00h", indica, de fato, o Tempo. Se fosse possível um painel indicando "Horários de Saída: de quinze em quinze minutos" ficaríamos sempre na dependência de saber qual o horário do último trem que saiu. Isso revela que o "tempo", à semelhança dos pronomes e outras classes gramaticais de palavras, não é sui-referencial, a não ser no caso do exemplo anterior. A diferença está no fato de que o Tempo só pode ser referido linguisticamente quando se constitui na ilusão de um ponto fixo convencionalizado, mas quando precisar ser referido em partes seccionadas, torna-se necessário saber qual o ponto de origem. A necessidade de saber o ponto de origem remete a significação do Tempo para o exterior, ou seja, o tempo físico convencionalizado pelo relógio

ou por certos eventos. Se o referencial não for "público", por não ser convencionalizado, é imperativo remeter o Tempo para a situação de fala. A referência que dá conta do Tempo referido à própria situação de fala dá origem ao "tempo". Dessa categoria, que é lingüística, são também os tempos verbais.

Para melhor entendermos essa questão, tomemos os seguintes exemplos:

- a Tréns para Campinas: 14-30 - 15:30 - 16:30 - 18:00h
- b O trem sairá daqui a 30 minutos
- b' O trem sai daqui a 30 minutos
- c O trem sai às 14h
- c' O trem saiu às 14h
- c'' O trem sairá às 14h
- d O trem sai agora
- d' O trem saiu agora
- d'' O trem sairá agora

A oração *a* é "pública" em todos os sentidos, e os signos temporais nela inscritos significam o Tempo porque são localizações fixas. O Tempo é referido como um ponto fixo convencionalizado pelos ponteiros do relógio, ou seja, não são Tempo porque são *eventos* - a coincidência dos ponteiros do relógio nas posições indicadas. As orações *b* e *b'* contêm signos temporais expressos por cifras, mas desta vez são cifras quantificadoras - significam duração. Contudo, a du-

ração tem como ponto de partida para a contagem o momento da enunciação e não poderia servir como informação útil numa estação ferroviária, a não ser numa troca de informação entre dois indivíduos. A troca de informação seria o ato individual de apropriação da língua, que é o único ato público para os participantes e por isso serve como referência temporal. Observe-se, no entanto, que o "tempo" verbal no futuro em *b* e no presente em *b'* em nada altera o sentido das frases, o que nos leva a crer que os verbos nesse caso pouco têm a dizer sobre o Tempo. As frases *c*, *c'* e *c''* referem-se, assim como *a*, a um ponto fixo determinado no relógio, mas os "tempos" verbais flutuam entre o presente, o passado e o futuro. Apenas a frase *c'* parece inflexível no sentido de não admitir outra possibilidade senão a de o fato ter ocorrido e isso ser irreversível. Tanto *c* como *c'* podem referir-se ao momento da enunciação. Sendo "14h" um evento supostamente futuro, por que *c* pode dar a mesma informação com verbo no presente? A julgar apenas pela seqüência *c - c' - c''*, concluímos que apenas o "passado", relativamente à coincidência dos ponteiros do relógio numa determinada posição, é exato e irrecuperável (Perdeu-se o trem ...). A seqüência *d - d' - d''* não contém uma cifra, mas um elemento dêitico da enunciação. À semelhança da seqüência *c - c' - c''*, apenas *d'* refere-se a um acontecimento "passado" e irrecuperável.

Conclui-se que os "tempos" presente e futuro podem coincidir com um ponto fixo no "relógio cósmico" e po-

dem igualmente referir-se sem muita precisão ao presente da enunciação - "daqui a 30 minutos" -, - "às 14h" - ou - "agora". Os "tempos" do passado combinam-se muito bem com os mesmos elementos, mas referem-se com precisão a eventos irrecuperáveis, mas a irreversibilidade do fato é determinada sempre pela presença do elemento que expressa o Tempo público ou pelo dêitico que remete à própria enunciação.

3.3 - Algumas conseqüências da aplicação do sistema temporal de Benveniste às narrativas de experiência pessoal

Para retomar a discussão sobre narrativa e explicitarmos a que veio a reflexão sobre o Tempo e os "tempos" que ora fazemos, é bom lembrar que não há aparente contradição no uso das formas do perfeito tanto para as situações que remetem ao Tempo "público" como para as situações que de "público" só têm o momento da enunciação. A esse respeito, Benveniste (1978) faz uma distinção entre dois planos da enunciação, o da *história* e o do *discurso* (p. 35). De acordo com essa distinção, pertencem à história os enunciados que não contêm referências à enunciação, não havendo neles marcas da presença dos participantes, pessoais ou temporais. Ao plano do discurso pertenceriam as manifestações portadoras dessas marcas da enunciação.

Reexaminando as frases dos exemplos anteriores à luz da diferenciação proposta por Benveniste, temos que apenas a seqüência $c - c' - c''$ é do plano da história. Todas as demais seqüências, à exceção da frase a , são do plano do discurso.

A consequência da aplicação da Teoria da Enunciação ao sistema temporal é que não mais o Tempo ou os "tempos" importam. Importa é a oposição caracterizada pelo sistema verbal da "pessoa"/"não-pessoa". A escolha das formas verbais pode ser coincidente nos enunciados do plano do "discurso" e do plano da "história", mas a presença dos dêiticos da enunciação é que marca a diferença. Se os dêiticos da enunciação referem-se à época da enunciação apenas, sem marcas pessoais, a enunciação como perspectiva não traz grandes consequências complicadoras, mas quando se examina a presença de dêiticos pessoais, caso da presença das marcas dos sujeitos da enunciação, complica-se a própria distinção das fronteiras do discurso e da narrativa. *A consequência imediata é que todos os casos de seqüências narrativas apresentadas na Seção 2 deste trabalho passam a ser consideradas como discurso e não narrativa, desde que contenham marcas pessoais. Apenas as que não contenham essas marcas e remetam os verbos para a não-pessoa seriam consideradas narrativas.*

Retomando a seqüência 4-A(030)

- a Aí eu rumei pra lá
- b Chegou lá

- c Eles sentaram
- d Tomaram a sopa
- e Aí disseram: "'mbora, num dá pra você ir em Icoaraci agora?"

temos que *a* não é do plano da "história", mas do "discurso". A seqüência 1-B(129)

- f Aí uma senhora veio no fuca
- g Aí mandou eu parar
- h Aí eu parei. Parei. Atravessar a rua, parei.
- i Ela garrô, mandou eu passar.
- j Quando eu passei
- i ela botou o carro em cima.,

apresenta as orações *h* e *j* como do plano do "discurso" e as demais, "grosso modo", como do plano da "história".

A questão é que Benveniste não admite para o plano da história qualquer referência autobiográfica (1978: 35). O fato de um enunciado pertencer ao plano da história, não é excludente quanto à sua caracterização como narrativo, mas o fato de o enunciado pertencer ao plano do discurso exclui sua caracterização como narrativo? Se a resposta for "sim" estamos sendo coerentes com a própria definição de discurso e o que nela serve para diferenciá-lo de narrativa; se a resposta for "não", caímos num paradoxo de difícil resolução. O paradoxo existe porque a definição de narrativa não pode estar restrita aos tempos verbais como portadores de marcas reveladoras de Tempo, mas

como um sistema que apresenta marcas morfológicamente identificadoras da sintaxe da enunciação, que é o parâmetro referencial da própria temporalidade lingüística, mas também do jogo das oposições "pessoa"/"não-pessoa".

Assim colocada a questão, o caso das orações *h* e *j*, da sequência 1-B(129) apresentada acima, apresenta-se à análise da seguinte forma: as formas *par(ei)* e *pass(ei)* contêm no morfema gramatical /ei/ a presença de uma marca de "passado" associada a uma marca de "pessoa". Não seria cabível esse "passado" sem essa "pessoa". Poderíamos ainda resumir dizendo que, para Benveniste, a perspectiva temporal está presente porque o locutor está presente, caso contrário não haveria perspectiva. Para William Labov e Joshua Waletzky apenas o Tempo está presente porque a ação ocorreu no passado e foi recapitulada. Labov e Waletzky não consideram o fato de que a ação só pode ser "trazida para o presente" em forma de recapitulação graças à intervenção de um locutor e que esse locutor tem necessariamente que estar situado e a sua situação — que é a enunciação — marca o tempo todo e persistentemente seu próprio enunciado. Daí a temporalidade intrínseca da língua.

Fundamental na teoria desenvolvida por Benveniste é a possibilidade de arriscarmos uma interpretação para os problemas encontrados em algumas narrativas apresentadas na Seção 2 deste trabalho e que suscitaram dificuldades de elucidação frente ao modelo de Labov e Waletzky.

a) A coincidência entre o perfeito discursivo e o perfeito narrativo é uma coincidência formal que desaparece ao buscarmos as marcas das oposições pessoais; no discurso há oposição entre a "não-pessoa" e as pessoas "eu-tu", ao passo que no plano da história a "não-pessoa" não se opõe a "eu-tu"; assim, a distinção entre *c'* "O trem saiu às 14h" e *d'* "O trem saiu agora" não se apresenta aparente na forma verbal, mas pela presença do dêitico *agora*; *c'* é do plano da história e *d'* é do plano do discurso; o ser do plano da história, já dissemos, não exclui o ser narrativo. Nosso interesse é incluímos o ouvinte como um elemento funcional na situação de fala narrativa, bem como demonstrarmos que não há narrativa que possa prescindir da modalidade discursiva, *desde que examinemos as narrativas orais de experiências pessoais, de caráter eminentemente autobiográfico.*

b) A presença do discurso direto na narrativa, como no caso de algumas orações da seqüência 4-A(030)

aa Diz assim: "é, pare aí, faça o balão que não dá pra entender."

bb Digo: "por que, que foi que houve?" "Não, é o seguinte, nós vamos ser franco com você: nós íamos lhe assaltar".

(.....)

gg "Nós íamos lhe assaltar, mas nós 'tamo vendo que você é gente nossa, é gente também da ...".

(.....)

ii "Nós 'tá vendo que você é gente nossa, então ninguém vai fazer nada; faz o balão, vamos embora, leva pra toca."

jj Aí digo: "Tá legal.",

segundo Benveniste, é típica da linguagem no sentido de permitir passagens de um plano para outro. Essa nova perspectiva traz conseqüências no sentido de termos de repensar a natureza da Avaliação na narrativa.

c) No item a) falamos da coincidência entre dois tipos de perfeito, o discursivo e o narrativo. Na verdade, "perfeito" é uma denominação inadequada. Ocorre que, gramaticalmente, o perfeito apresenta-se com os mesmos traços formais tanto na narrativa histórica como no discurso. Entretanto, conforme dissemos anteriormente, não basta o reconhecimento dos morfemas gramaticais indicadores do tempo pretérito ou do aspecto perfectivo. Na seqüência 5-A(104)

gg (Então me enganchou no cardã)

hh Enrolou totalmente a roupa

ii O cano da bota abriu totalmente

jj (Eu quebrei a perna num lugar)

kk (Tirei o pé em seis lugares, tá),

as orações entre parênteses não são narrativas mas discursivas, porque todas contêm marcas da oposição "eu-tu". Como se pode ver, duas orações narrativas (históricas) estão

inseridas na seqüência maior. De fato, apenas estas duas apresentam, de acordo com Benveniste, um "tempo" verbal que ele prefere denominar de *aoristo* para que não seja confundido com o perfeito da enunciação. Tampouco confunde-se o aoristo com a noção de aspecto, já que este tem a ver com os modos de duração, e o aoristo de Benveniste é o perfeito da narrativa histórica, isto é, sua referência remete para o momento do evento, enquanto a do perfeito discursivo remete para a própria enunciação.

As análises dos tempos verbais realizadas por Benveniste servem-nos parcialmente apenas. Se nos arriscamos a incluir orações, que de acordo com o modelo de Labov e Waletzky são narrativas, como pertencentes ao plano do discurso, foi devido às oposições "não-pessoa"/"eu-tu". Parece-nos que mais precisaria ser investigado com respeito às relações temporais do sistema verbal do português. A distinção entre perfeito e aoristo parece-nos justificável da maneira como a apresentamos. Ir além, no entanto, seguindo as análises de Benveniste, criaria sérios entraves aos problemas específicos da língua portuguesa. Basta dizer que em francês o "passé composé" é amplamente utilizado e vulgarmente conhecido como o tempo que não tem marca de tempo passado específica e o "passé simple" é, contrariamente, a presença da marca de passado explícita. Mesmo considerando-se apenas uma eventual simetria gramatical formal entre os tempos verbais das duas línguas, não existe qualquer relação entre o "passé composé" do francês e o

"perfeito composto" do português. Da mesma forma, a aparente simetria gramatical entre o "passé simple" do francês e o "perfeito simples" do português, desaparece em vista de suas diferentes funções. Se o "passé composé" em francês liga o passado ao presente da enunciação, em português o "perfeito composto" distingue-se do "perfeito simples" pelo aspecto durativo do primeiro. O "perfeito simples" em português só permite uma distinção entre o plano da história e o plano do discurso através das oposições pessoais "não-pessoa"/"eu-tu".

Outra ressalva que deve ser feita quanto à transposição direta das análises do sistema temporal dos verbos franceses de Benveniste é que elas se baseiam na modalidade escrita da língua para caracterizar o que é do plano da história e o que é do plano do discurso. Trata-se apenas de uma ressalva no sentido de justificar nossa resistência em ir além, apesar de, fundamentalmente, no que diz respeito à teoria da enunciação, estarmos convencidos das análises que efetuamos e das hipóteses que levantamos para os casos apresentados.

d) Outro aspecto obscuro que arriscaríamos interpretar à luz do que foi até aqui exposto sobre a questão do Tempo, do "tempo" e da perspectiva da enunciação, é o caso das orações subordinadas adverbiais. Labov e Waletzky admitem a hipótese da caracterização das orações narrativas a partir do fenômeno da juntura temporal ser de natureza semântica. Por outro lado, excluem dessa caracteriza-

ção as orações subordinadas pelo fato de elas poderem ser dispostas em qualquer ponto da narrativa sem alterar a seqüência temporal. Já demonstramos na Seção 2 deste trabalho que a simples troca de uma conjunção subordinativa temporal por um signo macro-sintático (segundo a terminologia de Weinrich) discursivo do tipo *aí* ou *quando*, descaracteriza a relação de subordinação. Àquela altura, referimo-nos ao privilégio do critério sintático, quase morfológico na realidade, já que a classe gramatical do elemento relator - *quando*, por exemplo - prevalece sobre sua função (*aí* pode, na maioria dos casos examinados, substituir *quando*). De agora em diante temos um novo argumento, graças, novamente, à discussão prévia que já fizemos sobre Tempo, "tempo" e enunciação.

O argumento é de que se o Tempo não estiver referido na narrativa por algum elemento livre específico para esse fim, presente em alguma oração como, por exemplo, as orações de Orientação, as formas verbais têm que se apoiar sintaticamente para expressar o "passado" ou a anterioridade. Na verdade, não se distinguem as orações das seqüências abaixo:

- 4-A(191) a quando o piloto deu o sinal
 b ocasião que ela quebrou
- 5-A(060) a e nesse momento que estava indo duma quadra
 a outra quadra, de moto
- 11-A(002) a na época em que eu fui buscar a mamãe, né.

Todas são diferentes formas de relatores temporais e, à maneira da oração *a de* 4-A(191), todas poderiam ser introduzidas por *quando*, ou, equivalem a *quando* as expressões *ocasião*, *nesse momento* e *na época em que*. São todas marcas de tempo fora da enunciação, por isso não são Tempo, mas sim "ponto-de-vista" de uma situação que não é a da enunciação.

Decorre dessa necessidade de apoiar-se em referentes que remetem ora para a própria enunciação, ora para o ponto-de-vista da enunciação, a temporalidade "obstinada" (Weinrich) da língua. Tal "obstinação" responde também por um fator de coesão textual que é garantido pelos "tempos" verbais, daí sua constante necessidade de organizar-se sintaticamente.

Se incluíssemos as orações "quando" e suas correlatas na categoria de orações narrativas, contrariamente ao modelo de William Labov e Joshua Waletzky, estaríamos também demonstrando mais uma vez que os verbos nada dizem do Tempo e, para dizerem do "tempo", precisam estar articulados com as marcas que garantem suas específicas funções sintáticas de nível textual, ou seja, igualam-se os verbos, sejam eles de orações adverbiais ou de orações independentes.

Contudo, mesmo as hipóteses levantadas até aqui à luz do sistema de Benveniste não são plenamente satisfatórias ainda, como veremos mais adiante pelo contraste com

o sistema temporal de Harald Weinrich.

3.4 - O sistema temporal de Harald Weinrich e as divergências com relação ao sistema de Benveniste

Ao procurarmos, ainda que de forma não exaustiva, dar alguma interpretação e organização à multiplicidade de formas que a questão do "tempo" assume na língua, encontramos em Harald Weinrich (1973)¹¹ o autor que mais se aproximou das sínteses que buscávamos, em termos da elaboração de um sistema temporal abrangente e formalizado, aproveitando elementos históricos e filosóficos que marcaram a tradição gramatical e assumindo uma postura crítica frente aos mesmos, incluindo as idéias sobre a enunciação de Émile Benveniste (e explicitando os pontos divergentes entre os dois autores), bem como observações empíricas sistematizadas feitas a partir de narrativas literárias.

Conforme já foi desenvolvido na primeira parte da presente Seção, Weinrich opera com uma nítida distinção entre as noções de Tempo e "tempo". A construção de seu sistema temporal parte da constatação de uma elevada incidência na língua de signos que não fornecem qualquer informação sobre o Tempo, mas que são fundamentais por garantirem a estruturação coesiva de um texto, aos quais dá o nome de signos "obstinados". Tais signos são indicações de "tempo" e têm nas formas verbais sua manifestação mais típica e

frequente. Ao outro grupo de signos, de frequência muito menor, Weinrich dá o nome de signos "não-obstinados". Tais signos são indicações de Tempo e têm nos advérbios de tempo sua manifestação mais típica.

Aqui achamos conveniente colocar uma ressalva. Sob a denominação de "advérbios de tempo" estamos encobrimdo uma generalização que ultrapassa a mera definição gramatical (morfológica e sintática) dessa classe de palavras. Uma data, isoladamente, no início de uma carta, não se presta à análise sintática tradicional, pois não chega a se constituir numa "oração", já que não contém os elementos essenciais dessa unidade mínima de nível de análise gramatical, ou seja, sujeito e predicado. Nesse sentido, portanto, podemos entender que uma data, enquanto "cifra", seja tomada na acepção de um advérbio de tempo somente ao nível da lingüística textual, isto é, um nível mais amplo que o da frase ou oração.

Outra ressalva diz respeito ao fato de Weinrich ter estado preocupado apenas com o que ele considera como um sistema temporal lingüístico, excluindo dessa categoria, portanto, o que não for próprio e indispensável à organização interna da própria língua. Segue-se que as *formas verbais* são sua preocupação fundamental, pois é nelas que identificamos o intrincado problema temporal da língua, e não nas formas que dizem apenas do Tempo, ou signos "não-obstinados". Por outro lado, isto não quer dizer que Weinrich considere os verbos como auto-suficientes para

explicar o sistema temporal de uma língua, mas sim que qualquer categoria que se apresente sistematizada numa língua, como o caso do "tempo", não pode ser referencial de dados extra-lingüísticos por si mesma.

Há ainda uma observação a fazer no sentido de informar que Weinrich não separa explicitamente as datas ou "cifras" dos elementos temporais dêiticos da enunciação, com o intuito de conferir-lhes uma posição a parte no seu sistema temporal. Assim, as formas *hoje, ontem, amanhã, agora,* etc., que em Benveniste são essenciais para distinguir os planos da história e do discurso, em Weinrich são remetidas para o sistema geral dos tempos. Da mesma forma, denomina as formas *um dia, mas, então* e *enfim* de *signos macro-sintáticos* (p.17). Em decorrência da nossa preocupação com o tipo de narrativa que estamos examinando e, inclusive, da nossa intenção de incluímos a perspectiva da enunciação como um ponto-de-vista não negligenciável no exame do material que dispomos, cruzaremos todas as noções que julgarmos importantes, desde que sejam compatíveis entre si e sirvam para esclarecer quaisquer casos levantados.

É justamente no domínio das noções que se encontra a maior riqueza das idéias contidas no sistema temporal de Weinrich. Segundo o autor, os tempos de uma língua pertencem a dois grupos: o Grupo I, dos *tempos de comentário* ("temps commentatifs") e o Grupo II, dos *tempos narrativos* ("temps narratifs"). Os tempos do Grupo I são mais

adequados às matérias científicas, enquanto os do Grupo II são próprios para a narração dos fatos de uma vida. Contudo, tendo observado que 'comentário e narração, enquanto categorias textuais, não se fundam exclusivamente sobre a distribuição dos tempos' (p.22), Weinrich lança o conceito de *mundo* ("monde"), mais abrangente, para incluir o universo de significação que é próprio a cada uma das categorias. Tal é o conceito de *mundo* formulado pelo próprio autor: 'objeto semântico x que pode assumir as formas mais variadas segundo as comunicações' (p.23).

Assim sendo, é pela predominância dos *tempos de comentário* ou dos *tempos narrativos* que o locutor informa o ouvinte da atitude que espera deste: para os primeiros, uma atitude "vigilante"; para os últimos, uma atitude "descontraída" (p.30). Resulta dessa classificação que ao escolhermos os tempos verbais num ato de fala, a sintaxe de um discurso é organizada com o intuito de uma ou outra expectativa frente ao ouvinte ou interlocutor. A essa expectativa, que leva o locutor à seleção dos tempos verbais conforme sua intenção, Weinrich dá o nome de *atitude de locução*.

Os tempos do *mundo narrado* ("monde raconté") desempenham então a função de informar o ouvinte, na atitude de locução, de que ele pode assumir uma atitude de relaxamento, não sendo solicitado, por parte do locutor, seu engajamento pragmático. Decorre dessa propriedade dos tempos que a sintaxe temporal desempenha ainda uma função de *eco-*

nomia lingüística, economia que é garantida pela obstinação da categoria "tempo".

Weinrich chama ainda a atenção para o fato de a narrativa, como modalidade discursiva *distensa*, não poder ser reduzida, por definição, somente à presença das formas verbais mencionadas, pois, estatisticamente, jamais encontraríamos os ideais 100% de freqüência de tempos do mundo narrado por oposição à total ausência de tempos do mundo comentado. Uma narração sem qualquer solicitação da parte do ouvinte seria, certamente, uma história desinteressante a partir de certa altura. O narrador deverá utilizar tempos do mundo comentado em intervenções estratégicas, a fim de manter certo grau de tensão sem o qual a história se tornaria desinteressante. É o caso do discurso direto e do uso do presente histórico na narrativa. 'Ele narra *como se comentasse*' (p.35).

De fato, já tivemos oportunidade de apresentar alguns casos da presença do discurso direto em narrativas orais, ocorrências que Labov e Waletzky incluem como um tipo de Avaliação. Os casos de presente histórico encontrados, entretanto, foram na maioria dos casos a título de introduzir o discurso direto, reproduzindo a fala das personagens. A narrativa 4-A, por exemplo, apresenta 6 casos de presente histórico, num total de 27 orações narrativas típicas, mas 5 dessas orações são introdutórias de falas das personagens em forma direta. Deborah Schiffrin (1981)¹², citando várias fontes a respeito das eventuais fun-

ções do presente histórico e após ter examinado 1.288 orações narrativas em 73 narrativas, constatou a presença do presente histórico em 30% das orações. Contudo, a autora não sistematiza hipóteses na conclusão de seu trabalho, embora no interior do trabalho se tenha detido na descrição de diversos casos. Nos casos encontrados nas nossas narrativas, não chegamos sequer a poder afirmar a presença de verbos nesse tempo *em orações tipicamente narrativas*, já que os casos verificados com a presença do verbo "dizer" são marcas recorrentes da presença do discurso direto. A exceção deve-se à oração

4-A(030) kk Chega lá na toca (é ali no Barreiro, antigo Barreiro),

que não pode ser considerada significativa em termos quantitativos. Mesmo assim, esse único caso nos parece mais próprio do presente histórico como tempo narrativo do que os outros que introduzem discurso direto.

O pretérito é o tempo fundamental da narrativa para Weinrich. O presente é o tempo que faz os interlocutores voltarem ao mundo comentado. O autor não se ocupa especificamente de narrativas orais, mas inclui no *mundo narrado* inclusive as histórias maravilhosas e as fábulas

infantis, introduzidas por fórmulas atemporais consagradas, como "Era uma vez ...". No caso das narrativas orais de experiências pessoais, a quase totalidade dos tempos verbais era de pretéritos, à exceção dos casos de presente mencionados. Mas a distinção relevante no caso da narrativa é de natureza aspectual, pois é a categoria "aspecto" que dá conta do jogo próprio ao *mundo narrado* e conduz o ouvinte para diferentes perspectivas. Weinrich afirma que uma teoria lingüística dos tempos não se pode fundar na clássica tripartição presente-passado-futuro, mas deve levar em conta o *processo de comunicação* como ponto de partida de toda reflexão sintática (p.67).

Após o exame mais detalhado da obra do autor e a familiarização com suas noções, somos forçados a atribuir ao referido *processo de comunicação* uma significação mais ampla do que aquela que, à primeira vista, pode-nos levar a atribuir-lhe uma analogia com os termos da teoria da enunciação. De fato, Weinrich considera a tripartição presente-passado-futuro uma limitação ao sistema temporal, da mesma forma que discorda de Benveniste pelo fato deste autor ter levado em consideração de forma privilegiada a categoria de "pessoa", sendo que para Weinrich essa categoria é apenas uma dentro do quadro contextual da língua. Para Weinrich, Benveniste teria sido motivado pela necessidade de explicar o desaparecimento do "passé simple" no francês falado e, na primeira e segunda pessoas, no francês escrito, o que o teria levado a construir uma teoria

mais em função dessa única forma temporal, ao invés de remetê-la para o conjunto do sistema da língua (p.62).

Há divergência ainda, decorrente da mesma recusa de Weinrich em aceitar a oposição "pessoa"/"não-pessoa" como base exclusiva para uma teoria dos tempos, no que diz respeito à diferenciação que Benveniste faz entre o perfeito da narrativa histórica (referência à época do evento) e o perfeito discursivo (referência à própria enunciação). Weinrich não concorda 'que um tempo possa passar de um grupo para o outro segundo a pessoa com a qual ele se combina' (p.62).

As divergências, como se viu, fundamentam-se justamente nos elementos que servem de base à construção de cada um dos sistemas temporais, mas ambos autores não negligenciam o ponto-de-vista da comunicação como uma propriedade funcional da língua. A consequência imediata é que não vigora mais a distinção de Benveniste entre os planos da "história" e do "discurso" baseada na oposição "não-pessoa"/"pessoa", bem como a distinção entre "perfeito" e *aoristo*, que agora tem a sua interpretação remetida para o sistema temporal da própria língua, e não para a oposição "narrativo"/"discursivo".

Prosseguindo na construção de um sistema temporal baseado na função comunicacional da língua, Weinrich cria o conceito de *perspectiva de locução*, resultante de um nível articulatório diferente da *atitude de locução*. Se a

atitude de locução responde pela relação entre o falante e o ouvinte com respeito à informação, os *tempos do texto* são responsáveis pelo desenvolvimento textual ou discursivo, linear, com uma organização temporal própria baseada no jogo entre a *informação prévia* e a *informação por vir*. Os *tempos do texto*, enquanto organizadores da informação dada e da informação antecipada, articulam-se graças à relação entre os *tempos do texto* e os *tempos da ação*.

Por *perspectiva de locução* podemos, portanto, entender a propriedade que a língua tem de "ajustar" a diferença entre os tempos do texto e os tempos da ação, bem como ser capaz de responder à coincidência entre ambos, caso em que o texto corresponde à própria ação¹³. O presente é o *tempo-zero* ou o tempo não-marcado do *mundo comentado*, enquanto que o imperfeito e o perfeito são os equivalentes "zero" ou não-marcados do *mundo narrado*.

3.4.1 - Algumas conseqüências da aplicação do sistema temporal de Weinrich

Aqui devemos nos deter para verificar as constatações de Weinrich em nossas narrativas. De fato, de 30 narrativas orais de experiência pessoal, 16 das quais plenamente dissecáveis de acordo com o modelo de Labov e Watzky, à exceção dos casos raros de orações no tempo presente, a quase totalidade dos tempos distribuía-se entre

perfeitos e imperfeitos. Decorre dessa constatação que essa modalidade narrativa faz uso predominante dos tempos pretéritos, pertencendo portanto ao *mundo narrado* em geral. Se, pela *perspectiva de locução*, os *tempos do texto* se combinam com os *tempos da ação*, na narrativa, essa combinação se dá por meio do jogo de oposições aspectuais "imperfectivo"/"perfectivo". Segue-se que é na mecânica desse jogo que poderemos encontrar as bases de uma gramática temporal narrativa.

Seguindo-se a divisão estrutural do modelo de Labov e Waletzky, fica desde já evidente que uma bipartição bruta desses tempos é a consequência necessária que decorre das próprias definições de *oração narrativa* e de *função referencial*, concebidas por Labov e Waletzky: as orações com verbos no perfeito só poderão pertencer às seções de Complicação e Resolução e serão o *grau-zero* narrativo, já que são, de acordo com Labov e Waletzky, puramente referenciais; as orações com verbos no imperfeito poderão ocorrer nas seções de Orientação e Avaliação, predominantemente. A presença dos tempos perfeitos nas seções de Complicação e Resolução não exclui sua presença em outras seções estruturais narrativas, como a Sinopse e a Coda. Mas, nesse caso, o perfeito não cumpre uma função referencial, já que não se liga por juntura temporal às demais orações ou seqüências narrativas. Nesse caso, só podemos interpretar os perfeitos encontrados nas Sinopses e Codas como interferências do *mundo comentado* no *mundo narrado*, já que

o perfeito pode também ser um tempo discursivo*.

Vejamos alguns exemplos:

1-B SINOPSE: - Só uma vez, no carro, né. Aquele carro que eu fui em cima.

CODA : - Foi só. A única coisa que aconteceu na minha vida, né. Mais nada.

2-B SINOPSE: - A briga foi dois irmão, entende?

CODA .: - Quer dizer que eu tinha visto, porque já viu, né.

3-A SINOPSE: - Um dia, por exemplo, principalmente no Exército, que fugimos.

CODA : - Quer dizer que tudo isso me metia medo.

5-A SINOPSE: - Sim, eu correu risco de vida quando eu caí numa camionete, né.

CODA : - E medo da morte assim nunca tive também.

Há a ressaltar ainda que apenas estamos propondo uma interpretação para a presença de perfeitos que não são referenciais das orações narrativas. Note-se que há casos menos claros como as Codas de 2-B e 3-A. A questão é que a nítida limitação das fronteiras estruturais da narrativa

* A discussão sobre a interpenetração dos dois "mundos" e a distribuição dos tempos na narrativa, será retomada logo adiante.

não é tão clara na modalidade oral como na modalidade escrita. Os narradores em 2-B e 3-A marcaram toda a narrativa com elementos de incerteza e incompletude. A narrativa 1-B é um caso excepcional de objetividade e economia narrativa.

O mais relevante no exame do material tipicamente narrativo, é a interpretação das regras de distribuição e combinação entre os tempos perfeitos e imperfeitos. Em termos estatísticos, de frequência de um e outro tempo, consideramos o dado negligenciável, já que a variação é muito grande de caso a caso. Por exemplo, a narrativa 5-A apresenta 8 orações com tempos imperfeitos contra 18 de tempos perfeitos; por outro lado, em 11-A há quase equivalência entre perfeitos e imperfeitos - 27 contra 23; 1-B apresenta a relação mais significativa - 4 imperfeitos contra 18 perfeitos. Em termos quantitativos, de frequência, podemos apenas sugerir, a título de interpretação, que a incidência de imperfeitos aumenta na proporção inversa da objetividade do fato narrado, o que nos leva a associar a hipótese às noções de *reportabilidade* e *credibilidade* de Labov (1981).

Em termos distribucionais, fica claro que a distribuição dos imperfeitos é aleatória através do corpo narrativo, tanto quanto o são a localização de seqüências orientadoras e avaliativas, ficando garantida a exclusão dos imperfeitos na Complicação e na Resolução, marcadas exclusivamente por tempos perfeitos e confirmando o grau-

-zero narrativo. A elevada incidência de perfeitos em seqüências avaliativas, como por exemplo em

1-B y agora eu num sei se foi um milagre ou foi a
devoção que eu tenho, a fé que eu tenho em
muitas coisa,

só se explica pela interferência do *mundo comentado* no *mundo narrado* (apesar da presença de tempos perfeitos). ou pela noção de *perfeito discursivo*, de Benveniste. Outra constatação que é prova dessa interpenetração entre os dois *mundos* é a existência de orações avaliativas com tempos do *presente*, o que, segundo Weinrich, marcaria o *grau-zero* do *mundo comentado*. É o caso das orações

7-A(068) e eu, como não sou muito ginete

1-B(129) nê, credo. Até dá pra rir.

5-A(070) Mas sabe que é interessante que no momento assim a gente não sente o choque mesmo, realmente aquele choque tremendo, a gente vai sentir depois de algum tempo passado (...) e vai perceber ...,

em que a presença de tempos do presente marca claramente a atividade discursiva entre narrador e ouvinte, ou a penetração do *mundo comentado* no *mundo narrado*.

Essa hipótese vem ao encontro às idéias de Weinrich, que afirma que nem todo "passado" é narração - o pas-

sado também pode ser comentado. Se em francês o "passé composé" marca o *passado comentado*, por oposição ao "passé simple" que marca o *passado narrado*, em português essa distinção só pode ser feita semanticamente, ao examinarmos o contexto narrativo em que uma oração se insere. Por outro lado, a ideia de poder "comentar o passado" em Weinrich é de teor existencial:

Le passé, dès que je le commente, est toujours mien, il est un peu de moi-même.
(p.101)

A noção de *passado comentado*, associada à natureza existencial do mesmo, reforça a noção de Avaliação de Labov, no sentido de enriquecê-la, torná-la mais clara e, inclusive, separá-la melhor da noção de Orientação.

É nas seqüências de Orientação que vamos encontrar uma incidência mais marcante de tempos imperfeitos, sem que, no entanto, essa característica seja exclusiva, pois o perfeito também ocorre na Orientação. O que varia é a *qualidade da informação* reportada, que se vai refletir na escolha dos tempos verbais. A seqüência abaixo demonstrará claramente essa variação:

- 4-A(030) 0 a 40 Trabalhando de madrugada,
1 b 0 peguei uma corrida daqui da Condor, né.
1 c 38 Antigamente funcionava aquele negócio lá, mulheroio, tudo por ali, né.
2 d 0 Aí, umas 2h da madrugada, apanhei três rapazes, né.

0 e 1 Não ia adivinhar que eram bandidos, nê.

5 f 35 E ali, atrás do mercado, tinha um camarada que fornecia sopa de madrugada pro pessoal.

0 g 0 Aí eu rumei pra lá.

A informação de *b* (perfeito) não podia ter ocorrido sem a informação de *a* (gerúndio); *c* (imperfeito) completa o conteúdo de *b* (perfeito); *e* (imperfeito) avalia as personagens de *d* (perfeito); *f* (imperfeito) supre informação adicional a *c* (imperfeito) e prossegue a ação com *g* (perfeito). Nessa perspectiva informacional, pouco importa procurar regularidade na distribuição dos tempos por seção estrutural da narrativa. Tanto assim é que *a* é da Orientação e apresenta verbo no gerúndio e *b* é da Complicação apresentando verbo no perfeito e informação orientadora; *e* é da Avaliação e apresenta verbo no imperfeito. O que podemos notar como certo é que cada oração narrativa típica (cf. Labov e Waletzky), com verbo no perfeito, é *antecipada* por outra oração informativa do contexto e *seguida* de outras tantas informações sobre o cenário, sobre as personagens e sobre a seqüência das próprias ações. A seqüência de *g* é a seguinte:

0 h 0 Chegou lá,

0 i 0 eles sentaram,

0 j 0 tomaram a sopa,

0 l 0 aí disseram: "(...)"

- 0 m 0 aÍ eles começaram a achar graça.
- 0 n 0 Foram embora.
- 0 o 1 AÍ, quando eu entrei ali na Bandeira Branca ...

Observa-se que a informação antecipada sobre o contexto até *g* foi suficiente para o desenrolar da ação até *o*, quando a ação é suspensa novamente para introdução de mais informação. Mas, por que a presença do tempo perfeito em *o*, à semelhança da seqüência *g-h-i-j-l-m-n*, sendo que se trata de informações de qualidades diferentes? Se o jogo das oposições "perfeito"/"imperfeito" parece claro em conformidade com as oposições *tempo da ação / tempo do texto*, que são informações de qualidades diferentes, não explica a presença do perfeito em *o*, que é anterior ao tempo da ação que se vai desenrolar em seguida e, ao mesmo tempo, ação perfeita.

O caso da oração *o* retoma a discussão, em Labov e Waletzky (1967), sobre as orações adverbiais temporais. Nem a *qualidade da informação*, que tem a ver com a natureza aspectual dos verbos, explica o caso das orações adverbiais, no que essas orações influenciam o comportamento dos verbos. Somos obrigados a concordar com Labov e Waletzky de que o critério semântico é que vai dar conta da interpretação do fenômeno narrativo. Um sistema temporal baseado apenas numa teoria dos aspectos verbais, incluiria *o* como narrativa, indiferente a outros elementos estruturais narrativos. Por outro lado, fica evidente que um modelo

narrativo não pode ser construído apenas sobre a base da distribuição temporal.

Finalmente, do sistema temporal de Weinrich, aproveitamos ainda, para o que diz respeito às questões ligadas ao tipo de fenômenos expostos nas narrativas que examinamos, a noção de *colocação em relevo* ("mise en relief") (1973:107 -12). Segundo Weinrich, a *colocação em relevo* seria uma terceira dimensão do sistema temporal, além das dimensões da *atitude de locução* e da *perspectiva de locução*. À maneira de um movimento de câmera no cinema, a *colocação em relevo* é responsável pela seleção de "imagens" no texto, projetando para o *primeiro plano* certos conteúdos e deixando para o *plano de fundo* ("arrière-plan") outros, conforme o interesse do locutor (p.107).

A noção de *colocação em relevo* basta para dar conta do jogo temporal encontrado na narrativa 4-A e explica satisfatoriamente o papel dos tempos verbais da Avaliação e da Orientação por oposição à Complicação e à Resolução. Explica, também, por que não existe simetria necessária entre a qualidade da informação e a seleção do aspecto verbal. É o caso que discutimos da oração 0 de 4-A. Resulta da constatação desses fatores que Weinrich opõe-se a uma teoria aspectual para fins de interpretar a mecânica temporal lingüística, uma vez que ela criaria entraves ao desenvolvimento de uma lingüística textual 1), por se inscrever no quadro muito estreito da frase, portanto da micro-sintaxe e 2), por conferir à sintaxe um aspecto refe-

rencial orientado para objetos extra-lingüísticos (p.108).

Conclui-se que a noção de *mundo narrado* de Weinrich é essencial, justamente por ser ampla ao ponto de incluir os fenômenos que lingüisticamente fogem aos critérios puramente formais de análise lingüística. É ampla também porque esvazia as noções de "tempo" e de "aspecto", remetendo-as para o plano muito mais abrangente da significação textual enquanto sistema aberto.

NOTAS DA SEÇÃO 3

¹ Diversos autores trabalham com dicotomias como a sugerida por William Bull. Tais autores, como os por nós examinados, postulam a necessidade de uma noção de tempo abrangente bastante para ser compatível com o comportamento linguístico, ora para uma categoria que se articula pelas mesmas regras do jogo sintático, ora fora dele.

² A julgar pelo prefácio encontrado na terceira edição, de 1968, o autor teria percorrido dezessete anos, de 1941 a 1958, colhendo subsídios para provar seu ponto-de-vista, chegando mesmo ao desabafo: 'However, after seventeen years I find myself peculiarly uninterested in whether or not I have exhausted the subject. The subject has exhausted me' (1968: VI).

³ ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética* (trad. portuguesa de Antônio Pinto de Carvalho, de edição francesa "Art rhétorique et art poétique"). Ediouro (sem indicação de data).

⁴ ARISTÓTELES. *Aristotle's poetics* (traduzido por H. Butcher). New York, Hill and Wang, 1961.

⁵ LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971.

⁶ 'We dissect nature along lines laid down by our native language. The categories and types that we isolate from the world of phenomena we do not find there because they stare every observer in the face; on the contrary, the world is presented in a kaleidoscopic flux of impressions which has to be organized by our minds - and this means *largely by the linguistic systems in our minds*. We cut nature up and organize it into concepts, and ascribe significances as we do, *largely because we are parties to an agreement to organize it in this way - an agreement that holds throughout our speech community and is codified in the patterns of our language*. (...) We are thus introduced to a new principle of relativity, which holds that all observers are not led by the same physical evidence to the same picture of the universe, *unless their linguistic backgrounds are similar, or can in some way be calibrated*' (WHORF, B. "Science and linguistics". In CARROLL, J.B., ed. *Language, thought and reality*, p.207-9) (Grifos nossos). Faremos menção, mais adiante, da hipótese do determinismo linguístico, trazida ao foco por Weinrich (1964), justamente a respeito da língua dos Hopis da América do Norte, estudada por

Benjamin Lee Whorf.

7 Para todos os conceitos relativos à enunciação, concebidos por Benveniste, utilizamos simultaneamente: a edição francesa *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, 1966, bem como a tradução portuguesa de Isabel Maria Lucas Pasqual, *O homem na linguagem*, Lisboa, Arcádia, 1978. Não poderia faltar, numa resenha das idéias de alguns autores sobre a questão da temporalidade lingüística, a inclusão do capítulo IV "Le langage et l'expérience humaine" (Benveniste, 1966:67-78). Benveniste opera com uma dicotomia fundamental, qual seja, a de *tempo físico* vs. *tempo crônico*, dicotomia que se adapta muito propriamente às idéias de William Bull. Não desenvolveremos mais reflexões sobre o mencionado capítulo, uma vez que estamos trabalhando com outras noções extraídas da obra do mesmo autor, contidas na mesma referência bibliográfica, as quais oferecem hipóteses de trabalho originais para a interpretação das questões levantadas pelo estudo da narrativa, sem nos tornarmos redundantes quanto às diversas noções que reforçam a dicotomia Tempo vs. "tempo". É o caso, por exemplo, das oposições *enunciado* vs. *enunciação*, *história* vs. *discurso*, entre outras que veremos adiante.

8 MAINGUENAU, D. *Approche de l'énonciation en linguistique française*. Paris, Hachette, 1981.

9 WEINRICH, H. "El lenguaje, el tiempo y los tiempos" (trad. espanhola de Manoel Garcia Morente). Conferência no Instituto Caro y Cuervo, de Bogotá, Colômbia, outubro de 1964. In: *ECO - Revista de Cultura de Occidente*, Buchholz Seix Barral, 1964.

10 Diferenciação proposta, nestes termos, por A.J. Greimas e J. Courtés em ensaio intitulado *La dimension cognitive des discours narratifs*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales (mimeo).

11 WEINRICH, H. *Le temps* (trad. francesa de *Tempus*). Paris, aux éditions du Seuil, 1973.

12 SCHIFFRIN, Deborah. "Tense variation in narrative". In: *LANGUAGE*, volume 57, nº 1, 1981.

13 Weinrich cita como exemplo a cerimônia de batismo (1973: 68), utiliza a expressão "performativo" para o tipo de discurso que faz coincidir os tempos do texto com os tempos da ação, mas não faz menção a *How to do things with words*, do lingüista inglês J.L. Austin.

4 - CONCLUSÕES

Os enfoques críticos mais significativos, alguns dos quais sustentados em análises lingüísticas aplicadas aos exemplos que extraímos de nosso *corpus* de narrativas, encontram-se já no interior dos capítulos e seções até aqui desenvolvidos. Resta-nos, agora, a tarefa mais difícil de demonstrar a linha de coerência que se pode traçar a partir dos casos examinados, conduzindo a uma visão crítica final do modelo narrativo concebido por Labov e Waletzky.

4.1 - A questão das orações adverbiais

Já nos referimos à possibilidade de as orações adverbiais poderem ser caracterizadas como narrativas, bastando para isso que se substitua a conjunção temporal *quando* ou equivalentes por um signo macro-sintático como *aí*. Essa simples operação restabelece a junção temporal caracterizadora das orações tipicamente narrativas, conforme a configuração que lhes foi dada por Labov e Waletzky em 1967.

Aquela altura de nosso trabalho, chamamos a atenção para o privilégio do argumento sintático sobre o semântico. No entanto, os próprios autores enfatizam a importância do argumento semântico para dar conta da seqüência temporal, já que esta não poderia estar comprometida com elementos que a não reproduzem fielmente. O sentido do termo "fielmente" é restritivo das seqüências que como tal se apresentem, ou seja, os encadeamentos de orações independentes. Assim sendo, a exclusão das orações adverbiais serve como um dos argumentos para demonstrar a função referencial da narrativa, apoiada nas seqüências temporais constituídas por orações independentes, irremovíveis de sua posição original. O argumento é utilizado porque o modelo está construído sobre a necessidade de justificar a função referencial atribuída à narrativa. Temos dois argumentos que comprovam essa hipótese.

Primeiramente, como já demonstramos na subseção 3.3, os verbos nada dizem do Tempo, a menos que estejam articulados com as marcas que garantem seu funcionamento sintático-textual, características que lhes conferem *temporalidade lingüística* e não *extra-lingüística*. As orações independentes só serão referenciais se acreditarmos na propriedade de os verbos serem portadores de uma referencialidade cronológica extra-lingüística, mas, nesse caso, por que discriminar os verbos das orações adverbiais?

Outro argumento diz respeito ao fato de dois outros autores, Longacre (1983) e Weinrich (1973) terem, coin-

cidentemente, dado tratamento diferenciado às orações adverbiais, à maneira como cada um trata a questão. Longacre chama a atenção para o fato de existir na narrativa uma *linha de eventos* que não se confunde com a estrutura geral da narrativa. Caberia à *linha de eventos* a função de reproduzir a sequência factual original, marcada por orações de tempos do passado. Tais orações, entretanto, não são da mesma qualidade das orações adverbiais. Estas últimas seriam responsáveis pela coesão textual da narrativa, função cumprida pelos tempos passados dessas orações, as quais constituem, juntamente com outros tipos de enunciados, o *material de suporte* das narrativas (Longacre, 1983:14-7).

A contribuição de Weinrich na elucidação da questão das orações adverbiais tem mais a ver com o tratamento geral que o autor propõe para o sistema verbal de qualquer língua natural. Dentre as noções desenvolvidas pelo autor e por nós examinadas, a noção de *colocação em relevo* afasta a hipótese de simetria entre a qualidade da informação e a escolha do aspecto verbal. Nesse caso, a presença reiterada do aspecto perfectivo nas narrativas é apenas uma constatação de caráter quantitativo, sendo que tal aspecto pode-se combinar tanto com a *linha de eventos* como com o *material de apoio*, segundo a terminologia de Longacre. Pode, da mesma forma, pertencer tanto à Complicação como à Avaliação ou Orientação, segundo a terminologia de Labov e Waletzky.

4.1.1 - Orações adverbiais e função referencial

Reaparece a questão da *função referencial* no caso das orações adverbiais. Se a qualidade da informação pode-se combinar livremente com o aspecto verbal, o que diferencia a Ação Complicadora da Avaliação ou da Orientação não são os tempos ou aspectos verbais, mas a qualidade da informação relatada propriamente. Conseqüentemente, não podemos tomar as orações independentes, ligadas por junctura temporal, como *referenciais*. A propriedade referencial dessas orações está na qualidade da informação que elas conduzem, que é diferente das demais por não ser garantidora exclusivamente da co-referencialidade interna da narrativa, mas externa a ela. A referência externa não é garantida pela junctura temporal, mas pela própria função referencial da língua.

Conclui-se, portanto, que a capacidade de referir é uma função da língua, mas não das orações independentes ligadas por junctura temporal apenas. Se admitíssemos tal hipótese, não poderíamos admitir a recorrência de um aspecto verbal predominante associado a informações de natureza e função diferentes.

Resulta da análise comparativa entre os autores mencionados, a consciência da necessidade de se incluir os estudos sobre narrativa numa perspectiva textual ampla, macro-sintática, permitindo uma diferenciação nítida entre referência extra-lingüística e referência sui-lingüística.

Portanto, a *função referencial*, postulada por Labov e Waletzky em 1967 para as orações independentes ligadas por junctura temporal, só pode ser entendida como *referencial extra-lingüística*, qualidade que não ficou explicita na versão dada pelos autores à questão. As demais orações fazem parte da referencialidade interna da própria língua. Isso, em termos da explicitação que se faz necessária para as noções que integram um construto lingüístico qualquer. Mesmo assim, entretanto, já demonstramos que nem a referencialidade extra-lingüística é dada pelas orações narrativas ligadas por junctura temporal, já que essa referencialidade estaria assentada sobre a classe dos verbos.

4.2 - Temporalidade lingüística e função referencial

O desdobramento necessário da discussão sobre a função referencial é a retomada da questão sobre o Tempo e a temporalidade lingüística. Os aspectos considerados por Labov e Waletzky na caracterização da junctura temporal como marca da seqüência narrativa típica, levam à confusão entre referência temporal extra-lingüística e referência temporal lingüística. A referência temporal interna da própria língua não é assinalada como uma marca que distingue estruturas sintáticas mais complexas, como a subordinação, de estruturas elementares como as orações independentes ou coordenadas, que marcariam a referência extra-lingüísti-

ca, conforme o caso. A confusão agrava-se no caso de darmos importância à presença exclusiva dos tempos pretéritos no aspecto perfectivo nas orações narrativas típicas, devido à possibilidade de associarmos "passado" verbal a "passado" cronológico, ou, respectivamente, temporalidade lingüística ("tempo") a Tempo ("chronos").

4.2.1 - A natureza dêitica do "tempo" e a função referencial

O fato de a língua ser capaz de referências extra-lingüísticas não significa que tais referências não entrem, uma vez lexicalizadas, para o sistema referencial interno da própria língua. Assim, a primeira menção a um topônimo ou a uma data são referências extra-lingüísticas. Uma nova menção aos mesmos referentes, no interior do discurso, pode ser atualizada com o recurso de dêiticos espaciais ou temporais, respectivamente, como *lá* ou *então* e *naquele dia*.

Muitas das orações narrativas independentes por nós examinadas não seriam referenciais sem a presença de dêiticos espaciais ou temporais. A única referência possível de encontrarmos apoiada em verbos ligados por junção temporal, era a lexicalização de uma ação, o que equivale a dizer que os verbos poderiam ser incluídos na classe dos signos nominais, mesmo flexionados. Infere-se dessa cons-

tatação que os verbos não estão ligados por juntura temporal, mas por *seqüência factual*. Conseqüentemente, as orações narrativas independentes não recapitulam a seqüência temporal, porque os verbos nelas contidos não têm tal propriedade: *não são Tempo, são fatos**. Apenas a natureza dêitica da temporalidade lingüística é que faz com que os verbos dessas orações *pareçam* dizer do Tempo, mas na realidade são "tempo".

Factualmente considerado, apenas o Tempo ("chronos") seria significativo para um modelo que postula para a narrativa a função referencial temporal. Nesse sentido, referenciais seriam algumas orações da seção de Orientação, por trazerem informação sobre a época e o local dos acontecimentos.

4.3 - A narrativa autobiográfica como modalidade discursiva

Já salientamos, no início do presente trabalho, a suspeita relativamente à não inclusão do papel do interlocutor no modelo narrativo em exame. Novamente, nesse sentido, as contribuições de outros autores foram significativas.

* Ver, a respeito, a resenha das idéias de William Bull na seção 3.

A oposição entre os planos da "história" e do "discurso", estabelecida por Benveniste (1966), embora não deva ser tomada sem restrições, salienta com clareza a natureza discursiva das narrativas autobiográficas, como as de experiência pessoal utilizadas na construção do modelo.

A presença das marcas da "pessoa" nas narrativas, seja pela flexão dos verbos, seja pela recorrência dos pronomes pessoais ou possessivos, denuncia a atividade discursiva do narrador e pressupõe a presença do ouvinte ou interlocutor. Evidentemente, tal fato, isoladamente, não é bastante para descaracterizar o *corpus* como narrativo, mas acentua, reiteradamente, a presença do interlocutor e o caráter autobiográfico do gênero. Entretanto, as consequências da presença marcada do sujeito da atividade linguística na narrativa são mais significativas se atentarmos para o fato de que essa presença reitera a natureza dêitica dos signos temporais e espaciais. A mudança no grau de distância assinalada pelos dêiticos na Coda, observada por Labov e Waletzky em 1967, é interpretada como um recurso para trazer o ouvinte à perspectiva do "presente". No entanto, o "presente" só pode ter sido a única perspectiva cabível durante a atividade narrativa desenvolvida e que chegou a termo com a Coda. Ao nosso ver, o maior grau de distância dos dêiticos na Coda serve para "sinalizar" a passagem da atividade narrativa para a atividade discursiva.

À mesma conclusão pode-se chegar ao atentarmos pa-

ra a possibilidade de interpenetração entre os *mundo narrado* e *mundo comentado* de Weinrich (1973). De acordo com o autor, não somente a narrativa pode sofrer interferências discursivas, no sentido de recuperar a "tensão", numa atividade lingüística que se caracteriza por ser tipicamente *distensa*, como o passado pode ser também *comentado* e não apenas *narrado*. Contudo, se Labov e Waletzky (1967) e Weinrich (1973) concordam quanto à dupla possibilidade de tratamento para o "passado", divergem quanto à interpretação que dão a esse fenômeno. Às interferências de *passado comentado*, por oposição às de *passado narrado*, Labov e Waletzky atribuem uma *função avaliativa* que seria típica da narrativa oral de experiência pessoal somente. Weinrich atribui a tal tratamento diferenciado do passado, numa narrativa, um caráter *existencial*, reforçador da natureza autobiográfica da narrativa, por se tratar também de uma interferência do *mundo comentado* no *mundo narrado*.

4.4 - A função avaliativa como marca da oposição "experiência pessoal"/"experiência vicária"

Apesar de os argumentos apresentados em 4.3 servirem para corroborar as constatações de Labov e Waletzky quanto à existência de uma seção de Avaliação somente nas narrativas de experiência pessoal, já apresentamos em 2.2.4 um caso de narrativa de experiência vicária fortemente marcado por interferências avaliativas.

Se Labov e Waletzky (1967) e Weinrich (1973), ainda que por caminhos diferentes, convergem para a natureza existencial da Avaliação (Labov/Waletzky) ou *passado comentado* (Weinrich), como seria possível encontrarmos seções de Avaliação numa narrativa onde o narrador não é protagonista dos eventos que relata?

Primeiramente, ao nosso entender, o fato de o narrador não ser protagonista da experiência que relata não o exime da carga emocional que o atinge como expectador, podendo mesmo levá-lo a impulso no sentido de intervir nos acontecimentos. Por outro lado, mesmo que não chegue a intervir nos acontecimentos e, portanto, tornar-se protagonista do drama antes apenas presenciado, o simples fato de testemunhar um evento é suficiente para caracterizar uma experiência pessoal - a *sua* experiência. Se tal não fosse o caso, que justificaria a narração da experiência?

Conclui-se que qualquer fato suficientemente significativo para ser narrado é sujeito a avaliações, quer seja o narrador protagonista ou testemunha do mesmo. O que importa é que o acontecimento tenha significado alguma forma de mobilização para o narrador. A força narrativa de uma experiência reside na carga emocional que ela imprimiu no narrador, podendo ocasionar confusão entre testemunha e protagonista.

Em segundo lugar, o fato da presença ou ausência da seção de Avaliação depende de uma redefinição da ex-

pressão "experiência vicária". É a decorrência lógica do que dissemos acima, bem como uma necessidade metodológica, já que os exemplos de experiência vicária apresentados por Labov e Waletzky em 1967, referem-se a relatos de episódios de um seriado de televisão e os casos de experiência pessoal referem-se a perguntas relativas a temor de morte. Como se vê, são oposições extremas em termos da qualidade da experiência, o que nos deixa um dilema a solucionar: ou bem excluimos do inventário das possibilidades de experiência pessoal a carga emocional das experiências que presenciamos para nele incluirmos as telenovelas e os filmes de TV, ou bem admitimos que a experiência humana pode ser emocionalmente mais abrangente, para nela incluirmos a experiência vicária e acharmos uma terceira categoria de experiências para as telenovelas e seriados de TV.

Finalmente, conclui-se ainda que a vivência de uma experiência pessoal, por parte do narrador, não é o único determinante da presença da seção de Avaliação na narrativa, e que as narrativas apresentadas como vicárias pelos autores mereciam uma sub-divisão da categoria "vicária" (sugerimos *narrativa vicária de fato público*) ou a sua inclusão numa terceira categoria de experiências humanas.

4.5 - Aspectos gerais

Não é tarefa fácil criticar o modelo narrativo de Labov e Waletzky. Aliás, nossa intenção não era a crítica, no sentido pedante do termo, orientação que esperamos tenha prevalecido. Por outro lado, o convencimento proporcionado por nossas análises, bem como pelas noções assimiladas de outros autores, forneceu-nos argumentos para levar adiante a delicada tarefa de criticar, evitando uma certa gratuidade que pode ocorrer quando a crítica se constitui por si mesma num estilo. Resta-nos, contudo, o compromisso de chamarmos a atenção para dois aspectos gerais que resultaram valorizados quando demos por encerrada a empreitada: 1) os tópicos maiores de interesse lingüístico que emergem ao final da discussão sobre o modelo de Labov e Waletzky e, 2) a contribuição de Labov e Waletzky.

1) Salientamos a importância do exercício analítico, da fundamentação teórica e do método dedutivo como não negligenciáveis na formulação de um modelo, mesmo que um *corpus* vasto e representativo, associado a uma acurada análise lingüística, respaldem as noções apresentadas. No caso do modelo de Labov e Waletzky, achamos que o apriorismo da questão da *função referencial*, esta associada à noção de *juntura temporal*, teria "contaminado" o campo restrito da significação de algumas categorias lingüísticas, principalmente a categoria "tempo". A esse respeito, é oportuna a recomendação de Weinrich (1973), no sentido de não

se tomar elementos micro-sintáticos como portadores de propriedades que lhes ultrapassam o âmbito da ação. A não separação entre as noções de Tempo e "tempo" demonstrou ser um obstáculo à construção de um modelo narrativo verdadeiramente lingüístico, seja a orientação adotada descritiva ou analítica, já que não se pode minimizar a importância da precisão na formulação de noções que afetem, como no caso examinado, o equilíbrio do mecanismo temporal da língua.

Outro ponto importante a salientar, ainda dentro do primeiro aspecto, refere-se à contribuição de outros autores, notadamente Émile Benveniste e Harald Weinrich. A importância desses autores é mais significativa pelo fato de não tratarem especificamente de narrativas orais, tendo formulado o arcabouço teórico que sustenta suas noções baseados em análises de narrativas literárias. Apesar disso, muitas das noções formuladas por esses autores tornaram-se indispensáveis como suporte teórico crítico ou para o esclarecimento de fenômenos narrativos ou de outras noções desenvolvidas por Labov e Waletzky. Não menos relevante foi a contribuição de William E. Bull, autor lembrado também por Weinrich, e que em sua obra, *Time, tense and the verb*, há muito tempo já demonstrara a complexidade que envolve o sistema temporal de uma língua.

2) Relativamente à contribuição de Labov e Waletzky, temos a salientar que sua maior qualidade pode ser encontrada na metodologia sociolingüística subjacente que

transparece através do modelo narrativo examinado. Embora os trabalhos examinados não tratem particularmente de metodologia sociolinguística, eles são o resultado da aplicação de um rigoroso método de investigação, não fosse a modalidade oral de narrativa de experiência pessoal, por si, um excelente material para análise linguística, e o subsídio ideal para a sistematização de regras sobre algumas categorias linguísticas.

Como dissemos, a crítica ao modelo de Labov e Waletzky não é fácil. Por outro lado, a dificuldade revela a maior virtude do modelo, conforme já enunciamos no parágrafo anterior: a isenção ou "ingenuidade" que a metodologia proporcionou aos autores, a qual seria suficiente para conduzi-los a desdobramentos ulteriores ou, mesmo, inclusive, relevar os tópicos que foram objeto de nossa discussão a um plano secundário. Em havendo tal possibilidade, de nossa parte, preferimos deixar o presente trabalho como uma possível "segunda leitura" do modelo narrativo de Labov e Waletzky.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética* (trad. de Antônio Pinto de Carvalho do francês "Art théorique et art poétique", s/ref.). Ediouro, [s.l., s.d.].
- _____. "Poetics" In *Aristotle's poetics* (trad. inglesa de S.H. Butcher). New York, Hill and Wang, 1961.
- AUSTIN, J.L. *Quand dire c'est faire* (trad. francesa de "How to do things with words"). Paris, Seuil, 1970.
- BENVENISTE, E. "L'appareil formel de l'énonciation". In: *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966.
- _____. "Le langage et l'expérience humaine". In: *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966.
- _____. "As relações de tempo no verbo francês" (trad. portuguesa de Isabel Maria Lucas Pascoal). In: SEIXO, M. Alzira, org. *O homem na linguagem*. Lisboa, Arcádia, 1978.
- _____. "A natureza dos pronomes" (trad. portuguesa de Isabel Maria Lucas Pascoal). In: SEIXO, M. Alzira, org. *O homem na linguagem*. Lisboa, Arcádia, 1978.
- BULL, W.E. *Time, tense and the verb - A study in theoretical and applied linguistics, with particular attention to Spanish*. Berkeley, University of California Press, 1968.
- GREIMAS, A.J. & COURTÈS, J. *La dimension cognitive des discours narratifs*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales (mimeo).
- HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. *Cohesion in spoken & written english*. Londres, Longman, 1973.
- LABOV, W. "Speech actions and reactions in personal narrative". In: TANNEN, D., ed. *Analysing discourse: text and talk*. Washington, D.C., Georgetown University Press, 1981.
- _____. "The transformation of experience in narrative syntax". In: _____. *Language in the inner city: studies in the black english vernacular*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

- LABOV, W. & WALETZKY, J. "Narrative analysis: oral versions of personal experience". In: MacNEISH, June Helm, ed. *Essays on the verbal and visual arts*. American Anthropological Society, 1967.
- LONGACRE, R.E. *Grammar of discourse*. New York, Plenum Press, 1983.
- LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971.
- MAINGUENAU, D. *Approche de l'énonciation en linguistique française*. Paris, Hachette, 1981.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix, [s.d.].
- SCHIFFRIN, D. "Tense variation in narrative". In: *LANGUAGE*, volume 57, nº 1, 1981.
- WEINRICH, H. "El lenguaje, el tiempo y los tiempos". In: *ECO - Revista de Cultura de Occidente*. Buccholz Seix Barral, diciembre, 1964.
- _____. *Le temps* (trad. francesa de "Tempus"). Paris, aux éditions du Seuil, 1973.
- WHORF, B.L. "Science and linguistics". In: CARROL, J.B., ed. *Language, thought and reality*. Selected writings of B. Lee Whorf. Cambridge, Mass.: MIT, 1972.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
 Seção de Extensão
 Setor de Cursos Especiais